



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 34 - Nº 665 - DE 29 DE MAIO A 12 DE JUNHO DE 2022 - R\$ 5,00

# Três meses de guerra na Ucrânia

**Lutemos pelo fim da guerra, sob as bandeiras  
do Comitê de Enlace pela Reconstrução  
da IV Internacional (CERQUI)**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos  
organizem imediatamente uma campanha  
contra a privatização da Eletrobras**

**Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos pela  
reestatização das empresas já privatizadas, sem  
indenização, e pelo controle operário da produção**

**A chacina na Vila Cruzeiro, RJ, é mais  
um sintoma da decomposição do capitalismo  
Lutemos contra a barbárie, sob a estratégia  
da revolução e ditadura proletárias**

## **Não naturalizar a guerra!**

### **Trabalhar pela superação da crise mundial de direção**

Completaram-se três meses de guerra na Ucrânia. A imprensa, no Brasil, e provavelmente na América Latina, já não tem dado muita importância. No entanto, não se têm sinais de um acordo de paz. Os Estados Unidos continuam forçando a continuidade do confronto. Os seus aliados europeus não podem se colocar por um recuo. E a Rússia se bate por controlar a região estratégica de Donbass.

A intenção explícita do governo Biden é a de levar, ao máximo, as forças armadas e a economia russas à exaustão. O que expressa o objetivo da potência do Norte de avançar o cerco econômico-militar à Rússia, e pôr fim ao governo nacionalista de Putin. A guerra na Ucrânia acabou por antecipar o caminho pelo qual os Estados Unidos desenvolvem o conflito com a China.

Na base das tendências bélicas e da escalada armamentista, estão os impasses da economia norte-americana, os seus amplos reflexos degenerativos na economia mundial, e o impulso dado à guerra comercial. Principalmente, a partir da debacle econômico-financeira de 2008, a “concórdia”, confabulada, desde meados dos anos de 1970, entre os Estados Unidos e a China restauracionista, se tem deteriorado e dado lugar à animosidade belicosa.

O estreitamento do mercado mundial, o baixo crescimento, a tendência à estagnação, a recessão (como a de 2009) e o gigantesco acúmulo de capital financeiro empurram os Estados Unidos a imporem novas condições comerciais em todo o mundo, e, fundamentalmente, à China. A Rússia é parte dessa ofensiva. As forças cegas da economia mundial – movidas pela contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção capitalistas – levaram o imperialismo a arriscar uma guerra com a Rússia, arrastando a Ucrânia para sua inclusão na OTAN.

Não estavam dadas as condições para uma guerra que se espalhasse pela Europa, mas estavam dadas para a utilização do povo ucraniano como bucha de canhão, conforme os objetivos expansionistas dos Estados Unidos e da União Europeia, de saltarem por cima das fronteiras da ex-repúblicas soviéticas. O que facilitaria concluir o cerco à Rússia, que controla vastos recursos naturais e conserva sua independência, mesmo nas condições de avanço do processo de restauração capitalista. É o que explica o envio, pelos Estados Unidos e aliados, de poderosas armas e abundantes recursos financeiros ao governo de Zelenski.

A Rússia tem capacidade militar para vencer rapidamente as Forças Armadas da Ucrânia, mas teria de se valer de uma carnificina arrasadora. O que não é possível nas condições de equilíbrio de forças mundiais. Os Estados Unidos se valem dessa vantagem para comparecer de “mãos limpas”, como se fos-

sem a vítima dos russos, tal qual tem sido o povo ucraniano.

Ao prolongarem o confronto militar, e obrigarem a Rússia a se manter nos limites de Donbass, as potências passaram a naturalizar a guerra. Contam, para isso, com a divisão e a inércia da classe operária europeia e mundial.

O fato mais recente, noticiado pela imprensa, foi a decisão dos Estados Unidos de usarem a experiência da Ucrânia para justificar a escalada militar contra a China. O epicentro se encontra em Taiwan. Há muito, a Ilha, que historicamente faz parte da China, vem sendo armada com mísseis pela potência imperialista. Mas, neste momento, Biden anunciou a modernização do aparato bélico de Taiwan, expressamente referida à China, tomando por base o que se passa na Ucrânia.

O esforço dos Estados Unidos de criarem o novo bloco econômico com países da Ásia dá a dimensão do quanto a guerra comercial impulsiona a escalada militar. A tentativa de Biden de viabilizar a extinta “Parceria Transpacífico” pelo “Quadro Econômico do Indopacífico” será levada adiante no marco do recrudescimento do cerco militar à China.

Os Estados Unidos esperam que Putin não vá além de uma vitória de Pirro, que seria considerada uma derrota. Se assim ocorrer, Biden se concentrará em apertar o cerco econômico-militar à China. As discórdias entre os participantes da aliança montada contra a Rússia e no interior dos Estados Unidos têm tudo para se agudizar. É o que se verifica com a contestação da Turquia e Hungria às sanções econômicas contra a Rússia, e às negociações em torno do ingresso da Finlândia e Suécia na OTAN.

A crise econômica dará um salto à frente neste ano e no próximo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nem bem a Pandemia arrefecia seu ímpeto mortífero, sobreveio a guerra da Ucrânia. O desarranjo das cadeias produtivas e do comércio mundiais se faz sentir na queda do crescimento econômico e no agravamento das condições de trabalho e de existência das massas oprimidas. A classe operária vai despertar para o sentido e consequências da guerra. Não há como prever com precisão. Mas, os ataques sofridos se chocam com a passividade e com a política de conciliação de classes que predominam nos sindicatos e movimentos.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de explicar o vínculo da guerra com a decomposição do capitalismo e com o salto dado à frente pelo desemprego, pobreza, miséria e fome. Deve fortalecer a campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra e pela organização independente do proletariado. Essa é uma das condições para impulsionar a luta pela superação da crise mundial de direção.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

# Quem paga são os trabalhadores

A elevação dos preços da gasolina, diesel e gás desencadeou um conflito político no interior do Estado, dos governantes e da burguesia. Bolsonaro acabou de destituir mais um presidente da Petrobras, que mal havia assumido o seu comando. O mesmo fato se passou, pouco antes, com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, substituído por Adolfo Sachsita.

O governo e sua base de apoio no Congresso Nacional vinham lamentando os aumentos seguidos dos combustíveis, sem poderem contrariar a política da Petrobras, de seguir as regras internacionais, ditadas pelas petroleiras e pelas potências, principalmente pelos Estados Unidos. A maneira de mostrar alguma atitude diante da população foi a de trocar ministros e procurar um meio de subsidiar os combustíveis.

A guerra na Ucrânia conturbou e conturba a economia mundial, cujas consequências, entre outras, têm sido a disparada dos preços dos hidrocarbonetos e dos alimentos. Quem arca com o maior peso são os trabalhadores, que arrastam as desgraças da Pandemia, agora acrescidas dos efeitos das sanções econômicas do imperialismo à Rússia, e do bloqueio miliar russo às exportações ucranianas.

Nenhum governo burguês tem solução para livrar a classe operária e a maioria oprimida da decomposição do capitalismo. A proposta bolsonarista de diminuir a incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) coloca a responsabilidade sobre os ombros dos estados e municípios. Sabemos que governadores e prefeitos são esbanjadores, e usam o orçamento de acordo com os interesses dos capitalistas locais. Mas, sem dúvida, menos recursos, menos gasto com a assistência pública. O governo federal diz que não tem mais espaço orçamentário para subsidiar o custo da energia.

A alta do preço da energia elétrica é tão grave quanto a dos hidrocarbonetos. A população dos bairros empobrecidos, das favelas e cortiços há muito vêm sendo empurrada para a miséria. Mal consegue custear o pouco dos alimentos que consome. Subsidiar o petróleo

## Pelo fim da guerra na Ucrânia

**Desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas!**

**Revogação das sanções econômicas à Rússia**

**AUTODETERMINAÇÃO, UNIDADE TERRITORIAL É RETIRADA DAS TROPAS RUSSAS DA UCRÂNIA**

**Trabalhadores, lutemos pelo socialismo, único caminho para acabar com as guerras provocadas pelo capitalismo apodrecido.**



**POR**  
PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO

www.pormassas.org  
PODCAST - anchor.fm/por-massas  
fb.com/massas.por  
por@pormassas.org

e movimentos assistem, impotentes, ao recrudescimento da barbárie social. Suas direções estão amplamente comprometidas com as ações do grande capital e com os ataques dos governantes à existência das massas. As forças políticas da burguesia e da pequena-burguesia correm atrás dos candidatos e das eleições presidenciais. Essa contradição marca a situação política do Brasil.

A resistência de setores do funcionalismo e mesmo da classe operária começa a despontar, com greves e manifestações. É sobre as tendências objetivas das condições sociais, que a vanguarda com consciência de classe deve apoiar-se, propagandeando e agitando as reivindicações que despertam os explorados

*A guerra na Ucrânia conturbou e conturba a economia mundial, cujas consequências, entre outras, têm sido a disparada dos preços dos hidrocarbonetos e dos alimentos. Quem arca com o maior peso são os trabalhadores, que arrastam as desgraças da Pandemia, agora acrescidas dos efeitos das sanções econômicas do imperialismo à Rússia e do bloqueio miliar russo às exportações ucranianas.*

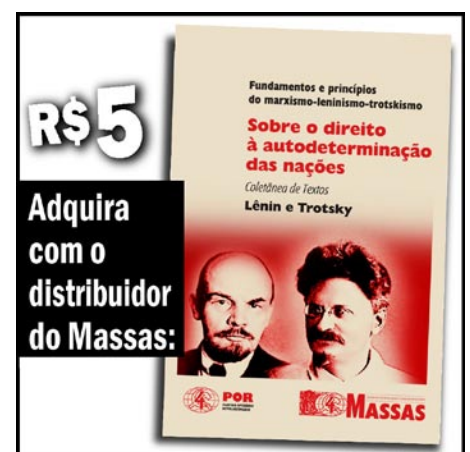
com o ICMS, equivale a sustentar o parasitismo dos grupos de acionistas mais poderosos que, de fato, controlam a Petrobras. Tiram-se recursos dos estados e municípios – a sua maioria se encontra imersa no atraso econômico e na pobreza –, para entregar aos financistas nacionais e estrangeiros. Essa foi a medida aprovada na Câmara de Deputados, e encaminhada para o Senado.

Os governadores e prefeitos ficaram zangados, mas são incapazes de se apoiar na população, para rejeitar mais esse ataque de Bolsonaro. A oposição, liderada pelo PT, por sua vez, não faz outra coisa, senão amparar as negociações políticas no Congresso Nacional, e depois lamentar os resultados.

No dia de sua posse, o ministro Sachsita anunciou a intenção de privatizar a Petrobras. A Eletrobras já está a caminho do leilão, depois do Tribunal de Contas da União (TCU) ter dado seu parecer favorável. A economia nacional se enfraquece, e os explorados são empurrados para o precipício da fome, em maior número. As centrais, sindicatos

à luta coletiva; organizando os movimentos por meio das assembleias e dos comitês de base; erguendo a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Faz parte da luta pelos salários, empregos, direitos, bem como da luta contra a privatização e pela reestatização, a campanha pela unificação da classe operária mundial pelo fim da guerra na Ucrânia.





Carta do Partido Operário Revolucionário às centrais, sindicatos e movimentos

# É necessário organizar imediatamente a luta contra as privatizações

*É necessário responder imediatamente ao fechamento de fábricas, ao desemprego, às perdas salariais e à destruição de direitos trabalhistas. Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Que os sindicatos convoquem assembleias e formem os comitês de base*

## Aos trabalhadores

21 de maio de 2022

O caminho para privatizar a Eletrobras foi aplainado. O Congresso Nacional havia aprovado o plano de privatização de Bolsonaro. Agora, o Tribunal de Contas da União (TCU) finalizou a entrega de uma empresa estratégica da economia nacional. O jogo foi montado para favorecer poderosos capitalistas. Os investidores vão se aposar de um complexo energético constituído por 47 usinas hidrelétricas, e 52% de toda água represada. O superávit de R\$ 30 bilhões, nos três últimos anos, e os dividendos de R\$ 20 bilhões destinados à União, nas duas últimas décadas, bem com o lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões, no primeiro trimestre de 2022, despertaram e despertam a cobiça do capital financeiro. Esse patrimônio, finalmente, será colocado a serviço de maior lucratividade e concentração de riqueza nas mãos de um punhado de grupos capitalistas.

Somente há um meio de quebrar essa decisão antinacional: organizar um grande movimento em todo o país, baseado em assembleias, comitês de base e em um comando geral, subordinado à frente única de combate às privatizações. É preciso explicar à população o sentido criminoso da entrega da Eletrobras aos exploradores. Sua importância para a economia nacional é visível. Nesse mesmo sentido, tem uma importância particular para as regiões Norte e Nordeste. A Eletrobras distribui energia em seis estados dessas regiões. A elevação do preço das tarifas de energia dificultará ainda mais o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, e sacrificará ainda mais a situação da maioria pobre e miserável.

Bolsonaro pressionou o TCU a liberar a privatização, seguindo os interesses dos investidores. A meta é realizar o leilão antes da corrida eleitoral. Está claro o receio dos capitalistas, dos seus serviços no Congresso Nacional, e do próprio governo, de que a possível vitória de Lula retardaria a desestatização.

Como se vê, o destino da Eletrobras está nas mãos dos representantes da burguesia. Isso por que o movimento operário e sindical se acha imobilizado, desunido e desorientado. Ou as direções das centrais, sindicatos e movimentos deixem de fazer demagogia e se coloquem verdadeiramente contra as privatizações, ou, então, Bolsonaro vai executar o seu objetivo.

O novo Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, fez questão de anunciar, como uma de suas principais metas administrativas, a privatização da Petrobras. Depois da entrega da geração e distribuição da energia elétrica, virá a do petróleo. A Petrobras já funciona como uma empresa privada, embora de controle acionário estatal. A sua subordinação às condições ditadas pelos trustes petrolíferos internacionais vem acarretando grandes prejuízos para a economia nacional, e para as condições de existência da maioria oprimida. O elevado preço da gasolina e do gás se tem

convertido em fator básico da espiral inflacionária e do agravamento do custo de vida. Chegou-se ao ponto em que a autonomia administrativa e gerencial da Petrobras se tornou uma questão de disputa entre as forças políticas e corporações empresariais. Essa autonomia se assenta, sobretudo, no capital imperialista.

A privatização da Eletrobras, sem dúvida, favorecerá as pressões pró-imperialistas de entrega da Petrobras e dos Correios. Uma parcela do grande capital deixou de apoiar Bolsonaro, principalmente, pelo fato de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, não ter cumprido a meta de arrecadar R\$ 1,25 trilhão com seu plano de privatização. Os capitalistas vorazes avaliam como muito baixa a venda de estatais, como a empresa Transportadora Associada de Gás (TAG), a BR Distribuidora, a Refinaria Landulpho Alves, entre outras, bem como a venda de ações da Petrobras, Vale, BNDESPar, CaixaPar e Banco do Brasil.

As privatizações realizadas na surdina, no entanto, resultaram em maior erosão do patrimônio público. Em março deste ano, o governo federal realizou o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Está em andamento o plano de privatização, por meio de concessões, dos portos de Santos, São Sebastião e Itajaí. Empresas privadas há muito controlam as operações de cargas e descargas. O objetivo, agora, é entregar a Autoridade Portuária (Administração Portuária), que tem a função de garantir o controle estatal dos portos.

A Eletrobras foi concebida no governo nacionalista de Getúlio Vargas; e concluída no governo de João Goulart, alinhado historicamente com o nacional-desenvolvimentismo. Fez parte do plano getulista de edificar empresas estatais que pudessem cobrir a incapacidade do próprio capital nacional de suprir as necessidades estruturais. Eis por que a Petrobras, criada em 1953, e a Eletrobras, projetada em 1954, constituíram dois pilares da economia nacional. Tiveram como antecedentes a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, também pelo governo de Getúlio. Em 1993, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, PSDB, privatizou a CSN e, quatro anos depois, entregou a Vale.

As forças econômicas multinacionais se aproveitaram do impulso econômico dado pelo intervencionismo estatal, nas décadas de 1940 e 1950. Em particular, a indústria automobilística se valeu da expansão do mercado interno, sufocando a embrionária indústria nacional. Com o fim da ditadura militar, que conservou em grande medida o estatismo, os governos eleitos e seus lacaios do Congresso Nacional passaram a atacar o estatismo, ou seja, a enterrar o nacionalismo burguês. Fernando Collor de Melo, Itamar

Franco e Fernando Henrique Cardoso promoveram um amplo Plano de Nacional de Desestatização (PND). Atenderam aos interesses dos capitalistas, daquele momento, do setor siderúrgico (Usiminas, Acesita, Vale, CSN), telefonia (Telebras) e bancos (privatização de bancos estaduais).

No governo Collor, em 1992, foi privatizada a Indústria de Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil), criada em 1977, pelo governo militar nacionalista do general Ernesto Geisel. O governo golpista de Temer, em 2017, decidiu acabar com as fábricas de fertilizantes que pertenciam à Petrobras. Assim, se liquidaram as unidades da Bahia e Sergipe. Bolsonaro concluiu a obra reacionária de seu antecessor, fechando a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), e a Unidade industrial que estava em construção em Três Lagoas (MT) foi entregue para uma empresa russa. O Brasil, portanto, ficou inteiramente dependente da importação de fertilizantes, quando tem recursos naturais e industriais para a produção. Com a guerra na Ucrânia, esse produto sofreu escassez e teve seus preços elevados. Veio à tona a escandalosa desativação da indústria nacional de fertilizantes.

As privatizações de conjunto colocaram o Brasil em situação de maior dependência externa. O estatismo nos países semicoloniais – como é o caso do Brasil – é uma forma de defesa nacional, ainda que em função dos interesses da burguesia interna. Eis por que as potências e seus monopólios agem duramente contra os governos que conservam ou que se valem do estatismo. É bom recordar que os Estados Unidos apoiaram e promoveram o golpe de Estado em 1964, contra o governo nacionalista de João Goulart. O penúltimo governo militar, do general Geisel, esteve sob constante pressão dos Estados Unidos, para que abrisse mão do estatismo, em seu plano desenvolvimentista. Um dos objetivos da democratização, que se processou em meados dos anos de 1980, foi o de romper o estatismo.

O PT e Lula emergiram em meio à crise da ditadura militar, e se potenciaram com o movimento democratizante da burguesia brasileira, que contou com a anuência dos Estados Unidos e demais potências. A derrocada do governo francamente pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso possibilitou a chegada de Lula à presidência da República. Logo o palavreado sobre a soberania e um desenvolvimento nacional independente se desfez. O governo petista manteve a linha de privatizações, adaptando-a à variante das concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs). Lula concluiu a privatização de bancos estaduais, entregou as rodovias federais, e realizou a PPP nas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Dilma Rousseff entregou o Campo de Libra (pré-sal) a um consórcio de petroleiras. E se projetaram as privatizações de aeroportos e portos.

Como se vê, governos de direita, centro-direita e centro-esquerda não se diferenciaram quanto à posição política diante das exigências do grande capital nacional e do imperialismo para que desarmassem o Estado do controle de ramos fundamentais da economia. A liquidação das heranças do nacionalismo burguês por meio da desestatização conduziu a amplas medidas favoráveis à alta concentração de riqueza, enfeixada nas mãos de uma minoria. As contrarreformas trabalhista e previdenciária são reflexos da mesma política pró-imperialista de desestatização.

A promessa de impulsionar um amplo desenvolvimento econômico com as privatizações se mostrou falsa. O país, há décadas, ostenta baixo crescimento, tendente à estagnação e à recessão. O desemprego e o subemprego atingiram uma importante parcela da força de trabalho. A pobreza e a miséria se potenciaram. As privatiza-

ções serviram tão somente ao capital financeiro, cujo gigantesco excedente precisa se valorizar a qualquer custo. A entrega de recursos naturais e de empresas estatais lucrativas é uma via de realização do parasitismo financeiro. Não se criam novas fábricas, mas se adquire patrimônio já amortizado a um baixo valor. A marcha desses negócios parasitários avançou enormemente, desde o governo Collor. Chega-se, agora, à Eletrobras, e se aproxima da Petrobras e Correios.

Esse limitado balanço das privatizações é suficiente para evidenciar o quanto a burguesia brasileira e seus governantes se submeteram às determinações da economia mundial, regida por um punhado de potências imperialistas. Há uma clara ligação entre a concentração de riqueza e o saque imperialista; e entre essas e a barbárie social. Esse percurso antinacional e antipopular, que tomou uma forma particular após o fim da ditadura militar, revela historicamente a incapacidade da burguesia nacional, de garantir a independência e soberania do país. A tendência é a de avançar ainda mais a submissão ao imperialismo e sacrificar ainda mais a vida dos explorados.

Somente a classe operária organizada e independente de qualquer uma das variantes da política burguesa pode empunhar um programa de soberania nacional. O problema está em que não conta com uma direção revolucionária. O que deve ser solucionado no processo da luta de classes. Um dos sintomas da crise de direção comparece na burocratização e estatização dos sindicatos. Assim, prevalece no seio do proletariado e dos demais trabalhadores a política de conciliação de classes. Essa política é a principal responsável pela classe operária não ter conseguido transformar a sua resistência às privatizações em luta geral contra o entreguismo da burguesia nacional e o saque imperialista. A divisão do movimento em inúmeras centrais constitui um grande obstáculo para a independência política das organizações sindicais e unidade do movimento operário.

Está claro que as direções colaboracionistas são as principais responsáveis diante das privatizações e, neste momento, da entrega da Eletrobras. São responsáveis pelas contrarreformas de Temer e Bolsonaro. E responsáveis pelo fechamento de fábricas, demissões, alto desemprego e redução do valor da força de trabalho. Nesse momento de ataque de Bolsonaro à Eletrobras, de fechamento da Caoa-Chery e Toyota, de manifestações pela readmissão dos metalúrgicos da CSN e mobilização dos metroviários de Pernambuco contra a privatização, as centrais e sindicatos estão voltados à disputa eleitoral. Trata-se dos explorados rejeitarem o eleitoralismo, e exigirem a organização da luta coletiva por um programa próprio de reivindicações.

Essa Carta, portanto, está dirigida à classe operária e ao conjunto dos explorados. É obrigatório exigir das centrais, sindicatos e movimentos que rompam com a política de conciliação de classes e de subserviência às forças burguesas antinacionais e antipopulares. Que se coloquem pela organização de um movimento contra a privatização da Eletrobras e pela reestatização sem indenização das estatais privatizadas, sob o controle operário da produção. Que constituam uma frente única anti-imperialista, em defesa da independência nacional e por um governo operário e camponês. Que se coloquem pela estatização das fábricas fechadas. Que ergam as reivindicações de defesa da força de trabalho e da vida da maioria oprimida, por emprego, salário e direitos trabalhistas. Que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, que preparem as condições para uma greve geral.

Boletim Nossa Classe - campanha contra o fechamento da Caoa-Chery

## **Em defesa dos empregos Pela estatização, sem indenização da fábrica fechada Pelo controle operário da produção Diante do fechamento, ocupar a fábrica**

O Boletim Nossa Classe apoiou a luta dos companheiros metalúrgicos da Caoa-Chery, desde o anúncio do fechamento da fábrica. E continua apoiando suas manifestações coletivas. A única forma de evitar o fechamento da fábrica é a mobilização, a união, a ocupação e a campanha local, regional e nacional, em defesa dos empregos. A experiência do fechamento da Ford e da LG mostra que a ocupação da fábrica deve ser imediata. Como não houve a ocupação, as multinacionais fecharam as fábricas.

Com a ocupação e o controle operário, é possível ganhar o apoio de toda a classe operária. É possível exigir, dos demais sindicatos e centrais, que apoiem na prática a luta pela estatização, sem indenização da fábrica fechada. O enfrentamento ao fechamento de fábrica não pode ficar isolado. E os trabalhadores mobilizados têm de exigir dos governantes a estatização, sem indenizar os proprietários capitalistas.

***A Caoa-Chery quebrou o acordo de 5 meses de lay-off e mais 3 meses de estabilidade. Está claro que não quis dar nenhum tempo para os trabalhadores continuarem lutando pelo não fechamento da fábrica.***

Para isso, a direção do sindicato tem de ser firme, na defesa contrária ao fechamento da fábrica. Cabe à direção sindical e à assembleia dos trabalhadores decidirem pela ocupação, pelo controle operário da produção, e pela campanha em favor da estatização sem indenização.

Essa foi a defesa que o Boletim Nossa Classe fez, em apoio ao movimento dos metalúrgicos da Caoa-Chery. E essa continua sendo a única via para combater o seu fechamento. Eis os pontos do Boletim Nossa Classe, de 14 de maio.

1) que o sindicato lance uma campanha exigindo que as centrais sindicais e movimentos saiam em defesa da luta contra o fechamento da Caoa-Chery; 2) que o sindicato discuta em assembleia a campanha pela estatização sem indenização. Que a assembleia discuta e decida sobre a ocupação da fábrica e o controle operário da produção; 3) que a assembleia constitua um comitê contra o fechamento, e em defesa dos empregos. E que chame todos os sindicatos a formarem comitês de empregados e desempregados.

### **Multinacional Caoa-Chery e Ministério Público do Trabalho jogam com as indenizações**

A Caoa-Chery quebrou o acordo de 5 meses de layoff e mais 3 meses de estabilidade. Está claro que não quis dar nenhum tempo para os trabalhadores continuarem lutando pelo não fechamento da fábrica. A proposta do Ministério Público do Trabalho (MPT), de uma indenização de 20 salários nominais e manutenção du-

rante 18 meses dos benefícios, está de acordo com o objetivo da Caoa-Chery de fechamento da fábrica e demissão de 480 metalúrgicos. Depois que a Caoa-Chery resolveu quebrar o acordo, toda a discussão passou a ser numérica. Ou seja, a direção do sindicato, somente em palavras, defende o não fechamento.

A manifestação no interior da fábrica, por uma hora e meia, exigindo que a Caoa-Chery cumpra o acordo de layoff, não atingirá o plano da multinacional, de fechamento e demissão. Perdeu-se uma boa oportunidade de ocupar e manter a fábrica sob o controle da classe operária. Mesmo que a empresa tenha retirado as máquinas, desmontando a planta durante o período em que os trabalhadores estavam afastados, ainda cabia e cabe fazer a campanha pela ocupação, e estatização sem indenização.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela vitória dos companheiros em luta contra o fechamento da fábrica. O Boletim Nossa Classe considera que as indenizações são uma forma do patronato se livrar da responsabilidade de encerrar a produção, e acabar com milhares de postos de trabalho.

### **A luta contra o fechamento de fábrica é de toda a classe operária**

O fechamento da Caoa-Chery é mais uma, entre as milhares de fábricas que foram fechadas nos dois últimos anos. Os casos que mais chamaram a atenção dos trabalhadores foram o encerramento total da Ford e o fechamento de uma das plantas da LG. Agora, também temos o caso da Toyota. Milhares de postos de trabalho foram destruídos, da noite para o dia. A maior parte dos demitidos não encontrará um novo emprego que corresponda às suas condições de vida.

O desemprego no Brasil é um dos mais altos do mundo. Com a Pandemia, com a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, e com a guerra na Ucrânia, agravou-se a crise mundial. A economia no Brasil vem sendo destruída pela política da burguesia e dos governantes, de descarregar todo seu peso sobre a classe operária e a maioria oprimida. As reformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização quebraram antigos direitos dos assalariados e precarizaram, como nunca, as relações de contratação dos trabalhadores pelos capitalistas.

Nesse exato momento, Bolsonaro e o Congresso Nacional estão promovendo a privatização da Eletrobras. Em seguida, virão as privatizações da Petrobras e Correios. Inúmeros portos já estão sendo completamente entregues aos exploradores. Em Recife, as autoridades estão a caminho de privatizar o metrô. Tudo isso enfraquecerá a economia nacional, em favor das potências imperialistas. É assim que os governantes e a burguesia estão depredando o parque industrial do país. O fechamento da Caoa-Chery é parte desse ataque à economia nacional e à classe operária.

O Boletim Nossa Classe chama o Sindicato Metalúrgico de São

José dos Campos a se colocar por uma campanha nacional contra o fechamento de fábricas e contra as privatizações. Que a assembleia dos metalúrgicos da Caa-Chery se coloque por essa campanha contra o fechamento geral de fábricas, pela estatização sem indenização, pelo controle operário; e contra as privatizações. Que constitua os comitês de luta de empregados e desempregados. Que exija que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, pelos empregos, salários e direitos trabalhistas, e contra o fechamento de fábricas e as privatizações. Diante da alta do custo de vida, que o Dia Nacional de Lutas defenda um reajuste geral dos salários e a sua reposição automática, de acordo com o aumento da inflação.

## Pelo fim da guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia atingiu três meses. Os Estados Unidos

estão pela continuidade da guerra. A OTAN não para de enviar armas para que a resistência ucraniana continue enfrentando as tropas russas. O exército russo mantém os ataques militares. A barbárie social se espalha por todo o país. Milhões de refugiados ucranianos se concentram nos países vizinhos. E milhões se deslocam diariamente no interior do país.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) em torno às bandeiras: 1) desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; 2) fim das sanções econômicas à Rússia; 3) pela autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. O Boletim Nossa Classe vem exigindo que as centrais e sindicatos façam uma verdadeira campanha, junto à classe operária e demais oprimidos, pelo fim da guerra da Ucrânia. ■

## Boletim Nossa Classe - maio

### Política operária

## Pelos empregos e por um aumento geral dos salários

Os trabalhadores estão sentindo-se ameaçados de perder o emprego. Fechamento de fábricas e demissões destroem postos de trabalho. Isso quando o desemprego e o subemprego já são altos. Recentemente, a Toyota decidiu fechar sua produção em São Bernardo. A Caa-Cherry anunciou o encerramento de sua fábrica em Jacaré. Não faz muito, a Ford fechou todas as suas fábricas no Brasil. E a LG trancou as suas portas em Taubaté. Como se vê, necessitamos de lutar pelos empregos, a todo o custo.

Agora, estamos sofrendo com a inflação e a alta do custo de vida, que corroem nossos salários. O preço dos alimentos, água, luz, gás, moradia e transporte consomem todo o nosso salário, antes de chegar o final do mês. As nossas campanhas salariais,



ou não existiram, ou foram fajutas. Boa parte dos trabalhadores tiveram reajustes abaixo da inflação. O que quer dizer que as direções de nossos sindicatos não organizaram a luta.

É preciso reagir a esta situação calamitosa. É preciso unir nossas forças contra a pobreza, a miséria e a fome!

*O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos, as centrais e os movimentos iniciem imediatamente um movimento pelos empregos e por um aumento geral nacional dos salários. Que façam as assembleias, formem os comitês de defesa dos empregos e salários! E que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Esse é o ponto de partida para iniciar nossa luta coletiva pelos empregos e salários.*

## Campanha salarial dos metalúrgicos do ABC Que seja de verdade, e para valer!

A Assembleia Geral, realizada na Sede do Sindicato Metalúrgico, abriu a Campanha Salarial 2022, que será organizada pela Federação dos Metalúrgicos da CUT (FEM/CUT). Em 3 de junho, será entregue a pauta de reivindicações aos patrões. As principais reivindicações serão: reposição salarial, aumento real, valorização dos pisos, valorização da Convenção Coletiva de Trabalho, e manutenção dos direitos.

Como se vê, a assembleia não discutiu o fechamento de fábricas, os acordos de demissão pelo PDV, os lay-off, os bancos de horas, que flexibilizam o trabalho em favor dos capitalistas. Inúmeros companheiros da Volks foram recentemente penalizados

pelas demissões, depois de enfrentarem o lay-off.

É preciso uma grande mobilização e união operária, para impor aos patrões a pauta aprovada. Imediatamente, devemos formar os comitês de luta, realizar assembleias nas fábricas, e uma massiva assembleia geral. Que sejam assembleias verdadeiramente democráticas, com direito à palavra a todos.

*O Boletim Nossa Classe defende que seja incorporada, na campanha da Federação Metalúrgica da CUT, a redução da jornada sem redução dos salários, para abrir postos de trabalho; estabilidade no emprego; e fim de todo tipo de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PDV, etc.)*

## Campanha Salarial dos borracheiros Uma só campanha salarial

O Sindicato dos Borracheiros Sintrabor ABC, convocou duas assembleias dos operários da Bridgestone, para iniciar a campanha salarial, que tem data-base 1º de junho. A resposta à assembleia por parte dos operários foi imediata. O problema está em que o sindicato inicia a campanha salarial dividindo os operários, ao invés de convocar uma assembleia geral dos borracheiros. A

data-base de 1º de junho é para todos os borracheiros, portanto, não pode ser tratada em separado, ou seja, fábrica por fábrica. É preciso defender que o sindicato convoque uma assembleia geral, para aprovar a pauta de reivindicações unificada, e como defendê-la, diante do patronato.

Os patrões dividem os borracheiros, entre os operários dire-



tamente contratados pela empresa, e os terceirizados. A enorme quantidade de empresas terceirizadas dentro da Bridgestone e de outras fábricas obriga que a campanha salarial também inclua os trabalhadores terceirizados. A luta pela reposição salarial, elevação do valor do piso da categoria, estabilidade no emprego, melhores condições de trabalho, fim da terceirização, e contrata-

ção de todos os terceirizados dependerá da força coletiva, o que implica a unidade de todos os operários das fábricas, que inclui os terceirizados.

***Não à divisão por fábrica! Não à divisão entre contratados diretos e terceirizados! Uma só luta para impor as reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas.***

## **Defender os empregos dos operários da Caoa-Chery e Toyota Lutar pela vitória dos operários da CSN**

O Boletim Nossa Classe tem participado de assembleias e manifestações contra o fechamento da Caoa-Chery e da Toyota. Vem criticando a conduta das direções sindicais, que se recusam a organizar uma verdadeira luta contra o fechamento de fábricas e defesa dos postos de trabalho. Ao contrário, são direções que aceitam a imposição do lay-off como garantia de emprego, o que é uma farsa. São direções que se sujeitam às indenizações em troca das demissões em massa. Ao contrário, o Boletim Nossa Classe tem proposto a campanha pela estatização das fábricas

fechadas, sem indenização, e o controle operário da produção, como a única via de garantir os empregos nessas fábricas. No caso da greve dos operários da CSN, tem trabalhado pela vitória do movimento. Levanta a bandeira de que a vitória da greve é a vitória da classe operária, contra os capitalistas e seus governantes.

***Todo apoio à luta dos operários! Que os sindicatos convoquem as assembleias para organizar a solidariedade efetiva aos companheiros em luta.***

## **Não ao eleitoralismo!**

Nós, trabalhadores, não devemos aceitar que nossa campanha salarial e nossas reivindicações sejam submetidas a interesses eleitorais. Vemos que a maior parte das direções sindicais está empenhada em usar nosso sindicato para promover candidaturas. O sindicato é para organizar a luta direta, e garantir a independência de classe dos explorados, diante de toda a política burguesa.

***O Boletim Nossa Classe defende a organização dos trabalhadores para lutar por suas necessidades, e contra a exploração capitalista. Nossos métodos de luta são as greves, as manifestações, os bloqueios, etc.***

## **Formar as oposições sindicais**

Nossos sindicatos necessitam de uma ampla renovação em sua direção. Isso porque suas diretorias estão comprometidas, mais com os patrões do que com os trabalhadores. Não organizam as campanhas salariais. Não lutam contra as demissões, as perdas salariais e a destruição de direitos. Não realizam assembleias democráticas. Fazem acordos por debaixo do pano com os patrões. Perseguem a oposição. Não realizam eleições democráticas para a mudança da diretoria.

O Boletim Nossa Classe, por todos esses motivos, chama os trabalhadores a se colocarem pela formação de oposições sindicais.

***Campanha do Boletim Nossa Classe pelo fim da guerra na Ucrânia: que a classe operária de todo o mundo levante as bandeiras: pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; pela revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia; pela autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.***

## **Pernambuco**

### **Metroviários: sindicato desmonta a luta**

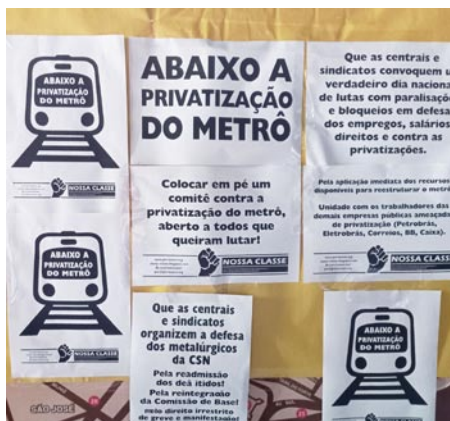
A greve dos metroviários de Pernambuco sinalizou a possibilidade de haver um movimento contra a privatização, que poderia se projetar para outras categorias e pelo país, contra o plano entreguista de Bolsonaro/Guedes. Mas a direção do SINDMETRO (Sindicato dos Metroviários-PE), do PT/PCdoB, fez tudo para desviar para o terreno jurídico parlamentar. Tanto fez que conseguiu.

No dia 19 de maio, foi realizada a segunda assembleia, após o anúncio da privatização. A conversa falada na assembleia anterior (do dia 11), onde aprovou-se o “estado de greve”, e nos meios de comunicação, era que, se o governo do estado não emitisse uma nota recuando no plano de estadualização/privatização, a categoria entraria em greve na madrugada de sexta-feira. Na nova assembleia, o informe da direção já veio deformado, dizendo que o pedido da categoria era ser recebido pelo governo. Ou seja, a mera reunião com a vice-governadora, do PCdoB, e a fala do governo estadual, responsabilizando o federal pela falta de recursos, já seria suficiente para a direção não mais defender a greve. Na boca dos burocratas, a greve é apenas um blefe. A direção apresentou

um “balanço das atividades”, que se resumiu a articulações parlamentares e ao anúncio da criação de um Fórum Permanente em Defesa do Metrô, com o envolvimento de sindicatos (metroviários, bancários, metalúrgicos, professores municipais, papeleiros, ferroviários, urbanitários), associações e conselhos profissionais (engenheiros, arquitetos), entidades estudantis, dentre outros. A criação se deu no dia 26 de maio, mas tornou-se mais um palanque, tendo na mesa diretora dos trabalhos a própria vice-governadora Luciana Santos (PCdoB). O fórum, em vez de se tornar um canal para a mobilização das bases e envolvimento dos explorados na luta contra a privatização dos metrô, serviu para afastar as bases de qualquer ação coletiva.

A assembleia do dia 19 foi massiva, o sindicato contabilizou 700 participantes. A direção, desde o início, anunciou que só fariam metroviários e os deputados estadual João Paulo (PT) e federal Renildo Calheiros (PCdoB). As centrais sindicais pediram fala e foram atendidas. Na prática, o microfone esteve livre para políticos com mandato ou candidatos, como Jones Manoel (PCB),





mas foi vetada ao POR. A fala anterior incomodou a direção, mas agradou partes da categoria, que nos saudavam pela defesa da luta em torno das reivindicações e não das ilusões eleitorais.

As falas da direção e de seus apoiadores tinham o tom de não fazer os trabalhadores confiarem em suas forças, que não havia preparação para a greve, que a população ainda não sabia o que estava ocorrendo. A direção, de forma rebaixada, colocou como bandeira central, para diálogo com a população, a defesa da tarifa social subsidiada, com valor de R\$ 2,00. E não falou nada da defesa dos empregos, seja dos metroviários ameaçados pela privatização, ou da população em geral. Algumas falas da base chamavam a “confiar nas próprias forças e não esperar para outubro, que será tarde”, ou mesmo colocavam que o que estava na ordem do dia era a urgência de construir “uma paralisação com marcha” ou mesmo “greve”.

Foram colocadas em votação 3 propostas: 1) deflagração imediata da greve (setores da base); 2) paralisação de 48h e marcha até o palácio do governo (PSOL); e manutenção do estado de greve. A primeira teve 12 votos; a segunda, 19, e a terceira, ganhou por contraste.

A assembleia do dia 26 foi precedida da reunião do sindicato com o governador. Não houve nenhum pronunciamento formal de Paulo Câmara (PSB), mas “vazou” na imprensa a informação de que o governo recuou, e que os passos seguintes seriam dados em diálogo com o Fórum e o sindicato. A direção chegou à assembleia, realizada no mesmo dia, à noite, cantando vitória, e anunciando um “plano de comunicação” de quatro meses, voltado à população, além da continuidade das reuniões com políticos, agora em esfera federal, considerando que o governo do estado já teria cumprido seu papel. Ou seja, manterão a categoria passiva, prometendo que a solução virá do trabalho terceirizado de jornalistas, advogados e políticos. Falas do PSOL, e até mesmo de sindicalistas do PT, alertavam para não confiar no PSB, porém, não indicavam os passos concretos para que a própria base assumisse o controle do movimento.

A votação que se deu foi entre a manutenção do estado de greve (proposta do PSOL) ou a suspensão do estado de greve (proposta da direção). Por 47 a 58 votos, venceu a proposta da direção. Nota-se que foi uma assembleia muito menor, além dos efeitos da chuva, parte da categoria, diante do anúncio da “vitória”, nem mesmo se deu ao trabalho de ir à assembleia. Os votantes no estado de greve queriam, ao menos, sinalizar a desconfiança em relação à palavra do governador. Esteve ausente, nas falas, a defesa da construção da greve para potenciar o movimento. Mais uma vez, a direção impediu a fala do POR, e só deixou os candidatos e sindicalistas falarem, desta vez, estava presente a candidata a presidente do PSTU, Vera Lúcia.

É uma tarefa urgente construir uma fração classista e revolucionária no interior da categoria. A luta contra a privatização, desmontada agora, terá passos importantes em breve, pois, os governos estadual e federal voltarão a atacar. Perdeu-se a oportunidade de aproveitar a mobilização atual, para que se exigisse o financiamento do metrô, os governos federal e estadual anunciaram R\$ 3,8 bilhões para “sanear” o metrô antes de privatizar. Uma greve deveria forçar o investimento imediato da quantia. Estavam presentes dirigentes do sindicato dos metroviários de Belo Horizonte, que sustentaram uma greve por dois meses, ficaram isolados, e estão com o metrô prestes a ir a leilão.

O POR atuou com banca, cartazes e panfletos. Ganhou a simpatia dos setores mais proletarizados da base, houve até quem contribuísse financeiramente e panfletasse conosco. Conclamou os metroviários a confiarem nas próprias forças, ao se colocarem pela defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, com independência de classe. Combateu as ilusões eleitorais. Defendeu as táticas capazes de unificar a categoria, e agregar o conjunto dos trabalhadores, sobretudo das demais estatais que também enfrentam o privatismo. Defendeu a constituição de uma frente anti-imperialista, capaz de enfrentar os planos da burguesia imperialista, assumido pelos governos.

*Segue a continuação o Boletim Nossa Classe*



## Boletim Nossa Classe - Pernambuco

### **Somente com uma greve forte, ativa e unitária, é possível impedir a privatização do metrô!**

No dia 11 de maio, foi realizada a assembleia do sindicato dos metroviários (Sindmetro), em resposta ao anúncio da estadualização do metrô, como parte da transferência à iniciativa privada. Precedida de assembleias setoriais, a assembleia contou com a presença de cerca de 500 trabalhadores, além de entidades e partidos. A categoria mostrou disposição de luta em defesa do metrô público e da tarifa social. Na assembleia de hoje, será importante fazer um balanço do que foi feito ao longo da semana, e decidir coletivamente sobre os rumos do movimento.

O Boletim Nossa Classe/POR, na assembleia do dia 11, avaliou que há dois caminhos diante da privatização: um é o da independência de classe, e o outro é o que subordina o movimento às eleições e ao terreno jurídico parlamentar.

### **Só o caminho da independência de classe pode levar à vitória**

O caminho da independência de classe se apoia na força coletiva da categoria, que é quem faz o sistema funcionar, mesmo com todo sucateamento, e que, se cruzar os braços, demonstra sua importância para o funcionamento da cidade. Se as centrais e sindicatos trilharem esse caminho, trabalharão para unificar todas as categorias ameaçadas pelas privatizações: urbanitários, bancários, trabalhadores dos Correios, dentre outros. Se as centrais e sindicatos se colocarem no terreno da independência de classe, trabalharão pela vitória das greves da CSN, do INSS e todas as outras que estão em curso, impedindo o isolamento. A forma de mostrar solidariedade ativa é convocar um dia nacional de paralisações e bloqueios, por empregos, salários, direitos e contra as privatizações.

### **O caminho das ilusões nas eleições, no parlamento e no judiciário levará à derrota**

O movimento dos metroviários, em meio à corrida eleitoral, corre o risco de ser usado para fins eleitoreiros. Por essa via, em vez de os rumos do movimento estarem nas mãos da categoria, por meio das assembleias e comitês de base, apenas as cúpulas políticas e sindicais, advogados e políticos se movimentam, enquanto os trabalhadores ficam passivos.

Não podemos esperar nada do governo do estado (PSB/

PCdoB). O caso dos rodoviários ensina. Mesmo conquistando uma lei contra a dupla função (motorista-cobrador), o governo, em nome do lucro dos patrões, depois inviabilizou a aplicação, e os trabalhadores perderam seus empregos.

O futuro do metrô Recife não será decidido em outubro, mas sim na luta, agora. Mesmo se Lula ganhar, é bom lembrar que, em seu governo anterior, ele não reestatizou nenhuma estatal privatizada por FHC, como a Vale e a CSN. É bom lembrar que os governos petistas também realizaram privatizações, por meio de concessões, como propõem agora Bolsonaro e Paulo Câmara. E é muito importante lembrar que o vice de Lula, Geraldo Alckmin, há até poucos meses, estava no PSDB, partido pelo qual foi governador de SP, em mandatos marcados pela denúncia de privatização e roubos nos metrô.

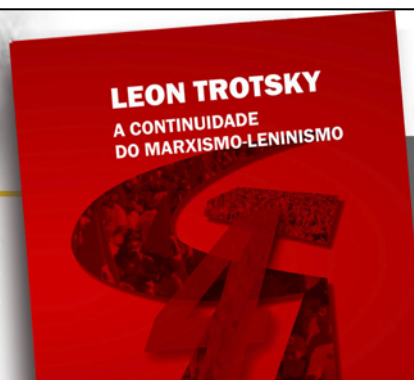
O cenário internacional também traz lições, mesmo os governos ditos "progressistas", como o do Chile e Peru, estão atacando trabalhadores e estudantes, que lutam contra a alta do custo de vida. O cenário internacional de crise, agravada pelo prolongamento da guerra da Ucrânia, levará os capitalistas e seus governos a nos atacarem ainda mais, retirando direitos e privatizando serviços públicos. Por isso, temos de rechaçar qualquer ilusão eleitoral, parlamentar ou jurídica. É preciso confiar nas forças da própria classe, e erguer uma greve forte, unificada e ativa.

Está nas mãos da categoria, por meio da sua assembleia, decidir que caminho tomar para enfrentar a privatização. O boletim Nossa Classe defende: 1) Colocar em pé um comitê contra a privatização do metrô, aberto a todos que queiram lutar! 2) Deflagrar a greve com a reivindicação de ruptura do acordo do governo estadual com o federal, em torno da estadualização/privatização; 3) Exigir a aplicação imediata dos recursos disponíveis para reestruturar o metrô; 4) Unidade com os trabalhadores das demais empresas públicas ameaçadas de privatização (Petrobrás, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa...); 5) Que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações; 6) Pela construção de uma Frente Única Anti-imperialista, contra todo entreguismo e pelo não pagamento da dívida pública.

## **Publicado o livro:**

### **LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

São Paulo – Litoral Norte

## Petroleiros terceirizados do TEBAR realizam assembleia da campanha salarial

*É preciso avançar a luta de forma unitária*

No dia 25/05, ocorreu em São Sebastião uma assembleia do Sintricom/SJC (filiado à CUT) para organizar a campanha salarial dos petroleiros terceirizados do TEBAR (Terminal Marítima Almirante Barroso).

Os trabalhadores reafirmaram a pauta, que inclui o reajuste da inflação sobre os salários, vale-refeição e PLR. A direção do Sintricom/SJC informou que as negociações com as empresas tomadoras de serviço já se iniciaram, e estão desiguais, umas já aceitaram o

repasso do reajuste, outras se recusam a negociar.

O Partido Operário Revolucionário distribuiu o Boletim Nossa Classe, e interveio com duas falas, onde denunciou os retrocessos trabalhistas e previdenciários, aprovados no último período, como a contrarreforma trabalhista de 2017, e a previdenciária de 2019, bem como os fechamentos de fábrica recentes da Toyota em São Bernardo e a CAO-Chery, em Jacareí. Apontou como a inflação corrói os salários dos trabalhadores. Defendeu

que os sindicatos e Centrais precisam levantar um movimento de defesa dos empregos, salários e direitos, que cada fábrica fechada deve ser ocupada, para preservar os empregos, que os trabalhadores não podem confiar em nenhuma promessa eleitoral, seja de qual candidatura for, e que precisam apostar nas suas forças, no método da ação direta. Por fim, defendeu a unidade dos trabalhadores terceirizados na atual campanha, pois, a negociação separada por empresa enfraquece a luta geral da categoria na região.

São Paulo

## Manifesto distribuído no XIII Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

**Aos delegados**

O Partido Operário Revolucionário (POR) e o seu Boletim Nossa Classe saúdam o XIII Congresso dos metalúrgicos.

O momento exige uma explicação sobre os retrocessos sofridos pelo movimento sindical, e a necessidade de constituir direções verdadeiramente classistas. A classe operária tem sido duramente atingida pela crise estrutural do capitalismo, pela flexibilização capitalista do trabalho e pelas contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro. Ao mesmo tempo, as direções sindicais se têm mostrado indispostas e incapazes de unificar as lutas em um só movimento dos explorados, por um programa próprio de reivindicações.

É preciso discutir por que os sindicatos não se têm dedicado a organizar um poderoso movimento em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Não se têm dedicado a unir os assalariados contra o fechamento de fábricas, as demissões e o rebaixamento do valor dos salários. Essa situação desfavorável à classe operária tem de ser discutida, compreendida e respondida, com um conjunto de reivindicações, organização independente e formas próprias de luta.

O Congresso deve compreender e reagir diante da política de conciliação de classes, que anula a capacidade de luta dos sindicatos, e afasta deles a maioria dos trabalhadores. A política de conciliação de classes serve ao patronato e aos governos. Isso por que se opõe à luta de classes e à organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores. Esse Congresso deve condenar a política de conciliação de classes, e assumir claramente a política de luta de classes. Com o objetivo de contribuir com as discussões e resoluções, trazemos para o Congresso os seguintes pontos:

1) A crise econômica mundial e nacional vem sendo descarregada sobre os ombros da classe operária e da maioria opri-

mida. O desemprego, subemprego, rebaixamento do valor dos salários e medidas de destruição de direitos trabalhistas e previdenciários são as principais consequências do capitalismo em decomposição;

- 2) Milhões de assalariados sobrevivem com o salário mínimo de R\$ 1.212,00, que mal dá para comprar a cesta-básica. Segundo o Dieese, uma família necessita de um salário mínimo de R\$ 6.394,76;
- 3) O avanço da pobreza, miséria e fome é impulsionado pelo desemprego, subemprego e baixos salários. A elevação do custo de vida, sem a correspondente reposição das perdas salariais, vem agravando ainda mais as condições de existência da população;
- 4) A reforma trabalhista favorece a terceirização, a informalidade e o subemprego. Milhões de trabalhadores jamais terão uma carteira assinada. A juventude é a mais sacrificada. E, principalmente, os trabalhadores negros, violentamente discriminados pela burguesia branca;
- 5) É nas condições de desemprego e subemprego que uma grande parcela da população trabalhadora não alcançará na velhice a aposentadoria. E a maioria dos aposentados recebe um salário mínimo muito aquém de suas necessidades;
- 6) Diante da crise e das mudanças tecnológicas, as multinacionais têm aplicado a flexibilização capitalista do trabalho. Ou seja, as demissões, por meio do PDV, a substituição do reajuste salarial pelo PLR, férias coletivas, layoff e banco de horas. Todas essas medidas atingem os empregos, salários e direitos trabalhistas;
- 7) O fechamento de fábricas aumentou, desde a crise econômica de 2015-2016. Mais recentemente, a Ford encerrou suas ati-



vidades no Brasil, a LG fechou sua unidade de Taubaté, a Toyota seguiu o mesmo caminho, em São Bernardo do Campo e, nesse momento, a Caoa Chery trancou suas portas, e demitiu 485 metalúrgicos;

- 8) As privatizações têm sido impostas pelos governantes. O que resulta em maior dependência da economia nacional à crise mundial do capitalismo, bem como às demissões. Agora mesmo, foi aprovada a venda da Eletrobras. Essa mesma política objetiva privatizar a Petrobras, portos e Correios. Esse patrimônio estatal, constituído desde 1940, está sendo entregue ao capital financeiro.

Esse conjunto de ataques à economia nacional, à classe operária e aos demais trabalhadores exige: 1) Que o Congresso aprove um programa próprio, que unifique todos os explorados; 2) Que oriente sua ação contra a exploração do trabalho e a barbárie social; 3) Que condene a política de conciliação de classes e aprove a política de luta de classes; 4) Que restabeleça a democracia sindical por meio das assembleias e da constituição de comitês de base; 5) Que se recuperem as campanhas salariais em defesa da força de trabalho. Por um salário mínimo vital calculado pelas assembleias; 6) Que responda ao desemprego e subemprego, com as reivindicações: redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho; 7) Que rechace a flexibilização capitalista do trabalho; 8) Que se coloque contra o fechamento de fábricas. Que rejeite a política de conciliação de classes, que leva os operários a aceitarem uma indenização, deixando de lutar pela manutenção da produção e pelos

empregos; 9) Que o sindicato oriente os trabalhadores a ocuparem as fábricas fechadas, a imponham o controle operário da produção, e lutarem pela estatização sem indenização; 10) Que exija das centrais a unidade classista em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas; 11) Que se realize a campanha nacional pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, bem como da lei da terceirização; 12) Que exija dos governantes recursos para a melhoria da saúde e educação públicas; 13) Que se organizem os comitês de empregados e desempregados para lutar pela moradia a todos; 14) Que o Congresso aprove uma resolução, exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; por um reajuste nacional imediato dos salários de acordo com a alta do custo de vida; pela defesa das estatais e contra as privatizações.

O XIII Congresso dos metalúrgicos deve discutir e tomar uma posição sobre a guerra na Ucrânia. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) e o POR vêm fazendo uma campanha pelas seguintes bandeiras: fim imediato da guerra; dismantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; revogação das sanções econômico-financeiras dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Que o Congresso discuta a guerra, suas consequências mundiais sobre os trabalhadores e as bandeiras da campanha internacionalista pelo fim da guerra.

**Viva o XIII Congresso Metalúrgico! ■**

## Ceará - Fortaleza

# Balanco da campanha salarial da Construção Civil

## *Direção do Sindicato (PSOL/PCB) rejeita greve e aceita migalhas dos patrões*

No dia 05/05, a assembleia dos trabalhadores da construção civil, que contou com cerca de 600 operários, aprovou o rebaixado reajuste salarial de 10,79%, oferecido pela patronal (Sinduscon), e encerrou formalmente a campanha salarial. A categoria também aceitou o reajuste de 14,7% na cesta básica. A campanha salarial se havia iniciado em março, com aprovação do índice de reajuste 17,5%, e aumento da cesta básica, de R\$ 163 para R\$ 200,00 na assembleia. Como se vê trata-se de reivindicações modestas. Esperava-se que a direção sindical convocasse os trabalhadores a usar toda sua força, para arrancar reivindicações que assegurassem suas condições

de vida em razão das perdas salariais dos últimos anos com a Pandemia.

A direção do Sindicato (PSOL/PCB) não foi além da busca por audiências conciliações, que, não surtindo efeito, a obrigou a breves paralisações pontuais (de 2 horas), em alguns canteiros. Percebendo que os trabalhadores não entrariam na luta pra valer, os patrões demoraram a responder, e apresentaram contrapropostas rebaixadas. De fato, a intenção da direção sindical era negociar as reivindicações, sem incomodar os patrões e chegar a algum acordo o mais rápido possível, para que ficasse de mãos livres para a campanha eleitoral (o presidente do sindicato será candidato a depu-

tado mais uma vez). Depois de se arrastar por meses, e rebaixar sua própria reivindicação (de 17,5% para 13,5%), fazendo-a ir ao encontro do que desejava o Sinduscon, a direção pesolista e pecebista convocou a assembleia do dia 05/05 para encerrar a campanha. Eles venderam o acordo da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) como uma grande vitória da categoria.

O jornal do sindicato (A Voz do Peão, edição de maio/22) pinta, em letras garrafais, a vitória, alegando que os patrões queriam dar bem menos do que deram, e que, além do reajuste, os trabalhadores mantiveram direitos ameaçados pelos capitalistas (fim da participação nos lucros,

**Escute o Massas,**  
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**



trabalho obrigatório em todos os sábados, fim da estabilidade de gestantes, etc.).

O reajuste dos salários e do vale-alimentação passa longe das necessidades da categoria. Basta lembrar que a inflação oficial, acumulada nos últimos doze meses, já ultrapassa os 12%, enquanto a dos alimentos foi de 40%, nos últimos 2 anos! O acordo rebaixado, firmado com a patronal, estaria justificado, no caso de ter sido o resultado de uma batalha onde a categoria empregou toda a sua energia, e onde a correlação de forças não permitiu ir além. Mas, como sabemos, não se tratou disso. O

acordo salarial rebaixado foi firmado sem que a categoria realizasse a greve. O que significa que a direção sindical agiu como obstáculo à possibilidade da categoria arrancar melhores condições de trabalho e salário pela luta.

O POR, que já há algum tempo acompanha a luta dos operários da Tenda Construções, alertava, em seu Boletim Nossa Classe, que, além do reajuste, as condições de trabalho transformaram-se um problema agudo, nos diversos canteiros. De fato, a imposição de trabalho em todos os sábados, a perseguição aos cipeiros, a alimentação ruim,

banheiros precários, etc., só poderiam ser resolvidos no quadro de uma greve. Não à toa, o POR foi aos canteiros de obras defender a greve da categoria. O resultado é que os velhos problemas continuarão.

A direção do sindicato falseia a realidade, quando diz que houve uma grande vitória. A verdade é que a categoria (ao não fazer a greve) saiu da campanha salarial apenas com conquistas mínimas. A lição mais importante da atual campanha salarial é a necessidade de urgente de construir uma fração revolucionária entre os operários da construção civil. ■

## Boletim Nossa Classe – Ecetista - maio

O Boletim Nossa Classe dos Trabalhadores dos Correios (Ecetista) trouxe novamente a crítica ao eleitoralismo antecipado das direções sindicais, que se manifestou inclusive nos atos de Primeiro de Maio. O Boletim atualizou os dados da inflação, desemprego, e condições de vida da maioria nacional, mostrando como o quadro social é de decomposição e de ataque à vida das massas por parte dos governos e dos capitalistas. Apesar da piora da situação econômica, chegamos ao mês de maio sem fortes campanhas salariais, e sem uma luta unitária por meio das Centrais e federações de trabalhadores.

No caso dos Correios, chegamos ao mês de maio com os dados atualizados do lucro da empresa em 2021, que ultrapassou os 3,7 bilhões de reais, o maior lucro em 22 anos. A direção das duas federações, a FENTECT e a FINDECT, têm defendido um “PLR justo” para este ano. Não fizeram uma verdadeira campanha em 2021, depois da derrota da greve em 2020, e não constroem uma campanha para 2022. O Boletim denunciou: “Não existe ‘PLR justa’, (...) se os direitos do Acordo Coletivo, quebrado em 2020, não são reconquistados, se o reajuste salarial não recompõe sequer a inflação, se há uma falta de

*trabalhadores nos Correios e o aumento da exploração do trabalho é uma constante, que produz riqueza para os capitalistas e não para os trabalhadores”.*

O Nossa Classe Ecetista também trouxe a campanha pelo ‘Dia Nacional de Luta’, de modo a levantar a necessidade de um luta nacional em favor dos empregos, dos salários e dos direitos: “O Boletim Nossa Classe chama a todos os trabalhadores a discutir em seus locais de trabalho, e a exigir das direções sindicais a convocação das assembleias presenciais, para pressionar as Centrais por um ‘Dia Nacional de Lutas’. É preciso retomar as forças dos movimentos sindicais, com um luta nacional. Nem reivindicações corporativistas (como uma “PLR justa”), nem o imobilismo eleitoral, podem defender a vida do conjunto dos trabalhadores.” Por fim, trouxe a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui/POR) pelo fim da Guerra à Ucrânia. Apresentou as seguintes bandeiras: “fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação do povo ucraniano; integridade territorial; e retirada das tropas russas da Ucrânia.” ■

## São Paulo - ABC

### Prefeitura entrega ginásio da UFABC ao clube de futebol

#### *Abaixo a privatização!*

Em vista à Pandemia de Covid-19, desde abril de 2020, o Ginásio Poliesportivo do campus de Santo André da Universidade Federal do ABC (UFABC) foi cedido à Prefeitura da cidade para o funcionamento de um Hospital de Campanha. Porém, recentemente, a comunidade acadêmica descobriu pelas redes sociais que o espaço está sendo utilizado pelo time de futsal Santo André Futebol Clube (SAFC), vinculado ao Grupo Intelli, sem anuência da própria universidade UFABC.

O SAFC fez publicações em que afirmaram que estavam de “nova casa”; exibiram o ginásio com o seu símbolo; com o piso alterado, sem as marcações de outras práticas esportivas; com placas de publicidade de patrocinadores; e anunciaram uma partida

oficial pela Liga Nacional de Futsal, que ocorreria no sábado, dia 21 de maio. O que provocou revolta da comunidade, que denunciou tanto o caráter antidemocrático e privatista da prefeitura, a qual continuou defendendo a terceirização do espaço para o time, quanto o descaso da Reitoria, que alegou desconhecimento da situação. Isso enquanto integrantes das entidades esportivas da UFABC estão pagando aluguel para treinar em outros espaços.

Uma vez mais, comprova-se o caráter nefasto do Ensino a Distância (EaD), que, dentre outros problemas, dissolve estudantes e trabalhadores em suas casas, e impossibilita a organização coletiva. O vereador Ricardo Alvarez, do PSOL, promoveu um abaixo-assinado eletrônico, pelo qual pretende pressionar o prefeito. Mas,



**Corrente Proletária  
ESTUDANTIL**

@massas.por | Podcast: - anchor.fm/por-massas  
por-massas.org | (11) 95446-2020

**TODOS AO ATO EM DEFESA DO  
PASSE LIVRE ESTUDANTIL NA UFF!**

**Unificar o movimento pelo passe livre  
com os trabalhadores em luta!**

*25 de maio de 2022*

**N**a atual conjuntura de aumento da pobreza e da miséria das massas, as políticas de permanência estudantil são cada vez mais necessárias e essenciais na vida dos estudantes. Oriundos

renda muitas vezes acabam tendo que abdicar dos estudos por conta da ausência de assistência por parte da universidade e dos governos, e pelas necessidades materiais que o capitalismo impõe à

sabemos que é uma medida é inócua. E as direções do movimento na universidade se mantêm no terreno da virtualidade. O DCE, dirigido pelo Movimento Correnteza/UP, publicou uma nota em que afirma “não vamos tolerar essa falta de respeito”, denunciando a decisão antidemocrática da prefeitura. Porém, sem convocar uma Assembleia para os estudantes discutirem o problema e decidirem qual ação tomar. É dever da direção do DCE convocar uma assembleia para organizar a luta dos estudantes. Mas a atual gestão (UP), mesmo diante do abandono, precarização e desmonte das instituições federais, não assumiu, nem sequer divulgou, a defesa de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, conforme aprovado pelos estudantes na última assembleia.

Essa situação expõe mais um dos problemas do EaD, além do caráter privatista e reacionário da burocracia universitária. E reforça que somente com a instauração de um governo tripartite, baseado na soberania das assembleias universitárias, é que poderá ser criada a verdadeira autonomia universitária, acabando com o privatismo e as arbitrariedades promovidas pelas direções burocráticas, sejam elas do governo, da própria universidade, ou das entidades estudantis e sindicais. ■

## São Paulo

### Estudantes do IFSP rechaçam, novamente, o EaD em assembleia

No início de maio, ocorreu uma nova assembleia dos estudantes do IFSP, campus São Paulo. A convocação se deu porque a direção do campus, mais uma vez, suspendeu as aulas presenciais. De acordo com a direção, isso ocorreu devido a um problema na infraestrutura hidráulica que dificultou o fornecimento/consumo de água no campus. Trata-se da segunda suspensão abrupta das aulas presenciais no mesmo período letivo, demonstrando que as burocracias se utilizam do EaD/ensino remoto como “solução” dos problemas da precarização da universidade.

A UP, direção do movimento estudantil no IFSP, mostrou que tem discutido a precarização das condições de estudo, e criticou a posição da direção do campus,

mas não fez uma defesa principista contra o EaD. O POR, ao contrário, expôs a necessidade das atividades presenciais para combater os cortes, o EaD e a precarização. Colocou-se contra a guerra na Ucrânia; pela organização de uma assembleia unificada do campus; pela construção de um Comitê de Luta; e por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como forma de construir a unidade dos explorados.

Logo após a assembleia, os estudantes foram até a direção do campus levar as suas reivindicações. Na ocasião, a burocracia universitária tentou se justificar, alegando que autorizaram o uso de recursos tecnológicos, não impuseram o EaD, já que cada turma poderia definir o

formato, inclusive se não queriam aulas online. A UP não pode rechaçar o EaD de forma consequente, porque aceitou e flerta com ele. O POR denunciou a política da direção do campus como uma impostura, uma vez que a suspensão das aulas presenciais leva, obrigatoriamente, a encontros e decisões virtuais e individualizadas. A Corrente Proletária também cobrou uma posição institucional, tendo em vista que deixar aberto para cada turma, ou alegar a possibilidade de futura compensação para quem não puder acompanhar o EaD, cria uma desigualdade de acompanhamento, por parte dos estudantes e das turmas, além de ficar refém de eventuais arbitrariedades de professores. ■

## São Paulo - Boletim da Corrente Proletária – USP

### Eleições para o centro acadêmico da Física-USP (CEFISMA) contam com uma chapa que defende a democracia estudantil, a independência de classe e a luta pelas reivindicações

O Boletim da Corrente Proletária de 23 de maio informa que: “Em 30 e 31 de maio, ocorrem as eleições para o Centro Acadêmico do Instituto de Física (CEFISMA), que, pela primeira vez em mais de uma década, contarão com três chapas inscritas, sendo elas a Transição de Fase, composta pela CPE/POR e estudantes independentes, a Força Estudantil, composta nominalmente por militantes do MUP, organização subordinada politicamente à

UJC/PCB, e independentes, e a Principia, tendo forte vínculo com a AAAGW”.

“A Força Estudantil é a chapa de situação, expressando, portanto, a continuidade da política da atual direção do CEFISMA, que assumiu em dezembro de 2019, e se manteve nos últimos dois anos”. Esta chapa é dirigida politicamente pelo PCB, que colaborou com a aplicação do ensino remoto, calou-se diante da

privatização do bandejão e da reforma curricular imposta aos estudantes, aparelhou o CA em benefício do PCB e apresenta problemas na prestação de contas da entidade.

“A chapa Principia se difere da Força Estudantil na medida em não declara, ao menos explicitamente, vínculo a qualquer partido ou organização política. Seu programa se resume à apresentação de “um plano de gestão” tendo como “pilares principais” a “Participação”, “Transparência” e “Estrutura”. Entre seus membros, muitos são vinculados à Atlético (AAAGW). Coloca-se pela defesa da subordinação à via eleitoral, por meio de uma “frente anti bolsonarista”, demonstrando evidente indiferença frente ao governo que seguirá, desde que não seja Bolsonaro. Está aí uma expressão de vínculo político inconfessada, liga-se ao reformismo petista/psolista/estalinista, que são os que defendem a substituição de um governo burguês por outro como via de solução dos problemas.

A chapa *Transição de Fase* se organizou a partir de plenárias abertas convocadas pela Corrente Proletária. Tem como pontos fundamentais o restabelecimento da democracia estudantil no CEFISMA. “Nesse sentido, a chapa *Transição de Fase* é a única que, para além de um programa de reivindicações imediatas ao movimento estudantil do IFUSP, descrito por sua segunda diretriz programática, expõem, por meio da terceira diretriz,

meios concretos para lutar pela permanência estudantil, e contra o avanço do privatismo e do sucateamento sobre a universidade, ao se comprometer com o esforço por iniciar uma campanha que vise a integrar os CAs, DCE, Amocrusp, Sintusp e Adusp em defesa, dentre outros pontos, da reestatização dos restaurantes universitários privatizados e das linhas de circulares, com sua reampliação; do controle estudantil sobre a moradia e a devolução dos blocos K, L e D para moradia gratuita no CRUSP; da contratação de novos professores e funcionários, com efetivação dos terceirizados; reajuste das bolsas de permanência para o valor de um salário mínimo; e a revogação das reformas curriculares que preveem ensino híbrido e aulas aos sábados. Essas reivindicações só poderão ser conquistadas em definitivo com a mais plena autonomia universitária e, nesse sentido, a *Transição de Fase* é coerente com a defesa da bandeira estratégica do governo tripartite na universidade, enquanto parte de sua quarta diretriz programática”.

O Boletim da Corrente Proletária chama o apoio dos estudantes à chapa “*Transição de Fase*” e conclui com um chamado com as bandeiras do CERQUI sobre a Guerra na Ucrânia: **Pelo Fim da Guerra! Desmantelamento da OTAN! Fim das bases militares norte-americanas na Europa! Revogação das sanções impostas pelo imperialismo à Rússia! Autodeterminação, integridade territorial, e imediata retirada das tropas russas da Ucrânia!**

## Campanha do POR contra a imposição do ensino pago nas universidades públicas

### **Derrubar e enterrar a PEC 206/2019!**

### **Abaixo a cobrança de mensalidades no ensino superior! Unir a luta contra a privatização da Educação ao combate ao plano entreguista de Bolsonaro!**

Mais uma vez, vem a público a proposta de cobrança de mensalidades nas universidades brasileiras. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 206/2019, de autoria do deputado General Peternelli (União Brasil-SP), entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados no dia 24 de maio. O relator, conhecido inimigo da educação pública, Kim Kataguiri (MBL/União Brasil-SP), deu parecer favorável à proposta. O anúncio da pauta gerou movimentações nas redes sociais e os integrantes da CCJ acataram o requerimento do PT, apoiado por outros partidos de oposição, para adiar a votação. Chamou a atenção que, dentre os apoiadores da PEC, estavam os deputados Frei Anastácio (PT-PB) e Vander Loubet (PT-MS) que, após repercussão, retiraram o apoio.

A proposta privatista se reveste do discurso da “justiça social”, recomendado pelo Banco Mundial, de cobrar mensali-

des apenas dos “mais ricos”, para ajudar a custear o ensino gratuito dos “mais pobres”. Nada mais falso, os planos do imperialismo são de avançar na destruição total do ensino superior público e gratuito no Brasil. Dias antes, foi divulgado o “Projeto de Nação, o Brasil em 2035”, dos institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista, em que os militares incluem, entre os temas que consideram “estratégicos”, a defesa da cobrança pelo atendimento do SUS e de mensalidades nas Universidades Públicas.

As entidades sindicais e estudantis se limitaram às manifestações nas redes sociais e à pressão parlamentar. É urgente erguer a luta em cada escola, bairro e universidade, em defesa da educação pública e gratuita. A luta contra a privatização, no entanto, vai muito além do combate à cobrança de mensalidades. Temos um dos sistemas de ensino superior mais privatizados do mundo. A cada quatro estudantes, três estão em instituições privadas.

Somente 18% dos jovens de até 24 anos estão no ensino superior. A expansão de matrículas se tem dado à base do financiamento público da rede privada, por meio do PROUNI, FIES, e penetração do capital monopolista internacional na educação. No interior das instituições públicas, a privatização interna avança junto ao estrangulamento orçamentário.

### **A pressão do Banco Mundial pela quebra da gratuidade**

A fonte das diretrizes de privatização do ensino superior pode ser encontrada nos documentos do Banco Mundial (BM). O documento “La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia”, publicado em 1994, pelo BM, trazia quatro diretrizes para a reforma da educação superior, na América Latina, Ásia e Caribe: 1) Maior diferenciação das instituições; 2) Diversificação do financiamento das instituições estatais, e adoção de incentivos



para seu desempenho, 3) Redefinição da função do governo, e 4) Enfoque na qualidade, adaptabilidade e equidade. Em relação à diversificação do financiamento, o receituário neoliberal incluía: a ampliação da participação dos estudantes na cobertura dos custos, por meio de cobrança de matrículas e mensalidades, e corte de verbas da assistência estudantil (moradia, alimentação), consideradas como “subsídios para gastos não relacionados com a instrução”; doações de empresas (mediante isenção fiscal), e de ex-alunos; e a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado.

***Devemos rejeitar a “escolha” entre onde aplicar o dinheiro público: educação básica ou superior públicas. Para isso, é necessário erguer um movimento pelo financiamento integral da educação da parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias.***

O Banco Mundial, no documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, de 2017, atualizou suas análises e recomendações. Retomou a argumentação de que os gastos com ensino superior são regressivos (beneficiam os mais ricos) e ineficientes, podendo ser cortados pela metade, e mais bem aproveitados na educação básica, beneficiando os mais pobres. Uma grande farsa, pois, a real preocupação do Banco Mundial é com o capital monopolista, e a sustentação do parasitismo financeiro. Os atuais defensores do fim da gratuidade, portanto, são meros repetidores dos argumentos gestados pelo Banco Mundial. Mas não se pode esquecer de que os governos FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, cada qual a sua maneira, vêm implementando o receituário do Banco Mundial.

Apesar de os direitistas defenderem que as universidades sejam, realmente, para uma elite, para argumentar em defesa da cobrança de mensalidades, dizem combater o elitismo. Do outro lado, a associação de reitores, ANDIFES, e entidades sindicais e estudantis, procuram afirmar que o ensino superior brasileiro não é elitista. Usa-se, sem rigor, os dados divulgados pela Andifes, referentes a 2018, que apontam que 51,2% dos estudantes das universidades federais são negros, 54,6% mulheres, e 70,2% têm renda per capita de até 1,5 salário-mínimo. Além do que, 60,4% dos alunos graduandos passaram por escolas públicas. O questionário foi respondido por 35% dos estudantes de forma espontânea, sendo que as instituições estimularam principalmente os bolsistas a responderem. Sendo assim, não é possível ter certeza de que esta é a composição real das universidades.

É fato que as políticas afirmativas, implementadas sob os governos petistas, levaram ao ingresso de mais estudantes vindos de escolas públicas e negros, porém, é importante reconhecer que

## **Campanha - Contra a imposição do EaD nas universidades**

nossas universidades permanecem elitistas e excludentes. Reconhecer isto não significa jogar água no moinho das políticas privatistas, isso só se dá quando se abandona a defesa da educação para todos, como direito universal, e se adentra no campo das políticas seletivas e focalizadas, indicadas pelo receituário neoliberal. Eis por que uma posição democrática e classista luta pela defesa do acesso irrestrito da juventude ao ensino superior público e gratuito, sem exames de ingresso.

A argumentação da “justiça social” é farsesca. Trata como inalterável a condição de sangria das riquezas nacionais, por meio da dívida pública. Daquilo que sobra para o orçamento das políticas sociais, propõe-se as rigorosas análises de eficiência e foco na pobreza extrema. Os que aceitam tal perspectiva abrem mão da defesa da educação como direito universal. Devemos rejeitar a “escolha” entre onde aplicar o dinheiro público: educação básica ou superior públicas. Para isso, é necessário erguer um movimento pelo financiamento integral da educação da parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias. Tal reivindicação, evidentemente, se choca com o pagamento da dívida pública. Sem isso, a realidade da crise financeira nas universidades públicas brasileiras vira argumento para a inevitabilidade do avanço do privatismo.

## **Defender um sistema de educação integralmente público e gratuito**

A rejeição à PEC 206 não pode restringir-se aos meios virtuais. Deve servir para chamar a atenção sobre a necessidade de defender um sistema de ensino integralmente público e gratuito. É necessário entender os cortes de orçamento como parte das medidas privatistas, e opor uma resposta programática, com a expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

Essa luta implica situar a privatização da educação como parte da política de privatização da Petrobras, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa, Metrô, etc. A resposta aos ataques à Educação não pode ser corporativa. É preciso unir todos explorados e oprimidos contra o intervencionismo e a espoliação imperialistas do País. As privatizações dos recursos naturais e industriais são a base para a privatização do ensino público. As centrais, sindicatos e movimentos devem pôr em marcha um movimento de defesa da economia nacional e de um programa próprio dos trabalhadores, que inclua a defesa da educação e saúde universalmente públicas. Essa união classista de forças possibilita constituir uma frente única anti-imperialista.

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação faz o chamado às centrais sindicais, sindicatos e movimentos estudantis e populares a erguer a luta por empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Erguer comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia, e convocar um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações. ■



## **Câmara dos Deputados aprova Lei para ensino em casa (homeschooling)**

### **É preciso combater a destruição do ensino!**

A Câmara dos Deputados concluiu, no último dia 19/05, a votação do projeto de lei que regulamenta a prática da educação domiciliar no Brasil (homeschooling). O projeto de lei ainda será enviado ao Senado.

O texto aprovado é um substitutivo da deputada Luisa Canziani (PSD-PR) para o Projeto de Lei 3179/12, do deputado Lincoln Portela (PL-MG). Para usufruir da educação domiciliar, o estudante deve estar regularmente matriculado em instituição de ensino, que deverá acompanhar a evolução do aprendizado. Pelo menos um dos pais ou responsáveis deverá ter escolaridade de nível superior ou em educação profissional tecnológica em curso reconhecido. De fato, essa forma de ensino será, então, efetivada por uma parte abastada da classe média ou da burguesia. A maioria da população assalariada e da classe operária não atende aos critérios estabelecidos.

Trata-se de mais uma medida de maior destruição da educação em geral. A educação em casa é uma reivindica-

ção de parte da base ideológica do bolsonarismo. É um retrocesso sem igual na educação, voltando-a para os tempos da antiguidade. O ensino escolar foi uma necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e das cidades. Estabeleceu a formação escolar como uma atividade coletiva, parte da construção social da juventude. A ascensão da burguesia ao poder político e econômico implicou a democratização da educação. É por conta da decomposição atual do modo de produção capitalista que a educação é desintegrada em toda parte, e torna-se em um meio de valorização artificial do capital, por meio do privatismo. Isso leva à destruição de fato do ensino em todas as suas formas. A grita bolsonarista pelo ensino em casa corresponde a essa destruição. Setores decompostos da pequena burguesia em decadência supõem que afastar seus filhos do ensino coletivo nas escolas e “controlá-lo” em casa pode contornar as tendências mais gerais de deterioração da educação, afastá-los da “má influência” dos pro-

fessores “esquerdistas”, e da violência escolar e urbana. Na verdade, se efetivada essa monstruosidade, resultará na formação de monstros, antissociais, irracionais, acrílicos e mal-educados.

A aprovação desse descabro na Câmara dos Deputados mostra como o parlamento está podre e só serve à imposição das medidas de ataques às condições de vida, trabalho e estudo. Não será por dentro dessa casa que as reivindicações de defesa da educação vingarão. Somente por meio da luta de classes se pode defender a educação, em geral, e o ensino público e gratuito, em particular.

Cabe às organizações de trabalhadores na educação e estudantes organizarem a luta para derrotar mais esse ataque à educação e ao ensino público. Convocar amplamente as assembleias de base, discutir e aprovar as reivindicações e planos de luta, e levar adiante o movimento ao conjunto do proletariado, para derrotar a burguesia, seus governos e parlamentos reacionários. ■

## **Boletim da Corrente Proletária na Educação**

### **Oposição sindical na base do ANDES-SN e SINASEFE**

A edição de maio foi aberta com um texto de análise da conjuntura, que combina os efeitos do prolongamento da guerra na Ucrânia, o recrudescimento da crise econômica mundial, as tendências de lutas, no mundo e no Brasil, e o descompasso das direções sindicais empantanadas no eleitoralismo. Reafirmamos no boletim a campanha do CERQUI pelo fim da guerra na Ucrânia e a defesa de que as Centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, por empregos, salários, direitos e contra as privatizações.

Chamamos ao combate à PEC 206/2019, trazendo um histórico das tentativas de quebra da gratuidade nas instituições públicas de ensino e a fonte imperialista desse projeto, gestado e anunciado nos documentos do Banco Mundial. Denunciamos as outras formas de privatização, com expansão do ensino privado subsidiada pelo Estado, e as formas de privatização interna nas instituições públicas. Defendemos a estatização do ensino privado, sem indenização, e a constituição de um sistema único, público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham. Apontamos a necessidade de ligar a luta

para derrubar e enterrar a PEC 206, à luta contra as privatizações das estatais.

Tratamos da campanha salarial do funcionalismo federal, que tem encontrado no FONASEFE, não um ponto de construção da greve unitária, mas um pretexto para as direções jogarem a culpa pela passividade ora em outras entidades, ora nas próprias categorias. O INSS deflagrou a greve em 23 de março, uma data marcada para o início da greve de todo funcionalismo federal, as outras categorias recuaram e deixaram os trabalhadores do INSS isolados em uma greve que durou dois meses. Enquanto isso, ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe, permanecem apegados a formas virtuais, combinadas com ações presenciais principalmente de pressão parlamentar. Foi marcado um ato em Brasília, em 31 de maio, e uma vigília em frente ao Ministério da Economia, em 01 de junho. O governo nem mesmo abre negociações e afirma que, no máximo dará 5% de reajuste linear. A reivindicação do FONASEFE era 19,99% de reposição emergencial e as perdas acumuladas ultrapassam 50%. O Boletim da CPE faz o chamado à construção dos comitês e assembleias presenciais e à deflagração da greve.

Também expressamos a campanha salarial nas estaduais do Rio Grande do Norte e Paraná, onde as direções abrem mão dos índices de reivindicação, e desviam a luta para o eleitoralismo. No Paraná, tratou-se também da ausência de luta nas universidades para derrubar a Lei Geral das Universidades, que imporá mais restrições orçamentárias e a concursos, criando mecanismos para disputas internas por recursos e vagas e

mais formas de privatização interna. Denunciamos também o prolongamento do ensino a distância na UERN, chamado de remoto emergencial, agora não mais por causa da Pandemia, mas para evitar o abandono dos professores substitutos que recebem salários miseráveis.

*Todas as matérias estão sendo publicadas, na íntegra, no blog: [cpe-por-ies.blogspot.com](http://cpe-por-ies.blogspot.com)*

## Rondônia

### **Prefeito de Porto Velho, mais uma vez, golpeia os servidores municipais**

Desde o mês de janeiro, os trabalhadores em Educação do município de Porto Velho aguardam receber o percentual indicado pelo piso salarial do FUNDEB.

O prefeito põe em banho-maria a aplicação do reajuste de 33,24%, indicando apenas o complemento, manteve os 10,6% para os técnicos, professores e servidores da saúde. Os demais servidores acionam denúncias nas mídias sociais de que houve redução dos 10,6%, isto fez com que houvesse uma movimentação na Câmara de Vereadores para retornar o valor. Porém, não se tem certeza se isso se concretizará.

O prefeito segue de mãos livres para impor suas ações contra os servidores em

função da colaboração de classe por parte dos três sindicatos da categoria, que não organiza uma luta consequente aos ataques do prefeito. Isso ocorre desde que assumiu a prefeitura, em seu primeiro mandato.

Até mesmo os servidores aposentados e pensionistas, que tinham calendário marcado para pagamento no dia 24, um feriado municipal, receberam um comunicado por meio da imprensa, de que o “pagamento que estava previsto para o dia 24 foi alterado para o dia 30, e que o contracheque poderá estar disponível a partir do dia 26”. Essa manobra do prefeito despertou muita desconfiança entre os

servidores. A direção do Sintero, no entanto, permaneceu calada. Certamente, está ocupada com a disputa eleitoral e com a campanha para que a população “escolha certa” seus candidatos.

A Corrente Proletária na Educação/POR, vem denunciando a conciliação de classe dos dirigentes sindicais, que tem levado à derrota da luta dos servidores municipais contra os ataques do prefeito. Ao mesmo tempo, vem chamando a vanguarda com consciência de classe a construir a Corrente Proletária, portanto, uma oposição classista de combate à burocratização do sindicato, e de defesa das reivindicações vitais dos servidores municipais. ■

## **Balanço da Corrente Proletária ao 34º CONSINASEFE**

### **Disputa aparelhista e eleitoralismo**

O Congresso Nacional Eleitoral do SINASEFE comparece na conjuntura como a primeira tentativa, em nível nacional, de retomar as atividades sindicais de forma presencial, trazendo a Brasília delegados de todas as seções do país, entre os dias 12 e 15 de maio de 2022, depois de mais de dois anos de assembleias e plenárias virtuais e atos de cunho parlamentar, que concentraram à burocracia sindical em Brasília.

A CPE/POR atuou com distribuição de manifestos, banca de materiais e fala. Saudamos e frisamos a importância da retomada dos métodos presenciais. Desde sua proposição, já estava posta a intenção da direção nacional de transformar o Congresso em palanque eleitoral para a candidatura de Lula, caracterizando enormes partes da programação como “eleitoreira”.

No primeiro dia, houve a mesa de abertura sobre opressões que, apesar de trazer elementos que apontam o aumento da violência sobre mulheres, negros, indígenas e LGBTQs, sempre desembocava na apresentação da candidatura petista como solução a todas essas chagas do capitalismo, com enorme apelo eleitoreiro. Além disso, serviu para uma das chapas iniciar a disputa em torno da direção nacional, denunciando a “misoginia e machismo no interior do sindicato”. O segundo momento do dia foi a Plenária para aprovação do Regimen-

to do Congresso, que teve sua discussão postergada em mais de duas horas pelos informes em torno da polêmica do calote de quase meio milhão de reais, tomado na organização do Congresso. Algo tão grave sobre as finanças do sindicato foi tratado como se fosse possível de resolver apenas relatando o processo da organização e defesa da integridade dos envolvidos. Não apontou a necessidade de comissão para apuração – a proposta de criar essa comissão, com um membro por chapa candidata, apenas apareceu no terceiro dia do congresso, quando a polêmica voltou a tomar enorme tempo da plenária. A pauta surgiu e impediu que o Regimento do Congresso fosse discutido amplamente pela plenária, que se esvaziou ao longo da madrugada. E assim foi aprovado.

No segundo dia, ocorreu a análise de conjuntura com a participação de: José Genoíno (PT), Valério Arcary (PSOL), Fran Rebelatto (PCB e diretora do Andes-SN) e Virgínia Fontes (professora da Escola Nacional Florestan Fernandes – MST). As falas foram consensuadas na identificação de tendência de aprofundamento da crise econômica, do avanço dos ataques aos direitos, e na resposta que deve ser dada – eleição de Lula em 2022. Genoíno iniciou sua fala afirmando que os pontos que unem as esquerdas em sua pluralidade é a disputa polí-



tica de 2022; e que, diante do avanço da crise econômica, só há dois caminhos, após a crise de 2008: “aumento da opressão imperialista sob os “países vassalos” ou um movimento amplíssimo em torno da candidatura de Lula”. O PT defendeu as eleições 2022 para enfrentar a fome e a miséria, com programa antineoliberal, democrático e popular, como forma de solucionar os danos do golpe de 2016, com recolocação de direitos democráticos. O PSOL disse que sua defesa inicial era a “Frente Única de Esquerda”, mas que, pela necessidade de derrotar urgentemente Bolsonaro, se colocaram pela candidatura de Lula, mas tentou apontar os problemas da aliança com Alckmin, onde Arcary disse que “Lula com Alckmin não será governo de esquerda”, “Alckmin não veio de graça”; sobre a guerra na Ucrânia, se restringiu em dizer que “disputa na Ucrânia é um sinal de uma grande guerra”. O PCB inicia fazendo crítica ao papel do movimento sindical, apontando as condições que foram encontradas nas escolas na volta da Pandemia, e a necessidade de construir um projeto de “Educação Popular”, unidade classista, sem negar ampliação com setores progressistas, para construir um futuro socialista. Com relação às contrarreformas, PCB defendeu um plebiscito revogatório. Sobre as eleições, o PCB resgatou o histórico de Alckmin e a repressão aos movimentos, e concluiu dizendo que é preciso perder o medo de defender a luta anticapitalista e anti-imperialista. Nenhuma das correntes na mesa trouxe as bandeiras levantadas diante da guerra na Ucrânia, o que levou o Congresso do Sinasefe a não se posicionar diante de um cenário tão grave que é uma guerra, e as consequências à classe operária e demais oprimidos.

Depois da análise de conjuntura, foram iniciadas as apresentações das teses, com exposições de 3 minutos. Expressaremos aqui as teses defendidas por algumas chapas que disputaram a direção nacional do Sinasefe. A chapa “Movimento Escola Popular” (PCB) expressou a luta contra o racismo, defendendo “ser antirracista é ser anticapitalista”. A chapa 1º de Maio (PT) apresentou algumas teses de conjuntura, dentre elas: resgatou o histórico da prisão de Lula e do movimento Lula Livre, e disseram que defenderam a prisão de Moro; tese “Imperialismo e autodeterminação”, defendeu a luta anticapitalista no sentido global; e, tese “Supermilitante”, como forma de criticar na forma de sátira a burocratização por parte do coordenador geral do Sinasefe, Lobão (Resistência/PSOL). A CSP-Conlutas (PSTU/PSOL), apresentou a tese com relação à guerra na Ucrânia, defendendo a hierarquia de defesa da classe trabalhadora ucraniana e derrota da Rússia; e, nacionalmente, defendeu um polo socialista para derrotar Bolsonaro, Mourão, e que “só as urnas não resolve o problema”. O grupo

Pão e Rosas/Sonhar e Lutar (PSOL/Resistência), majoritária da direção nacional, defendeu escancaradamente seu eleitoralismo dizendo: “os que afirmam que eleições não mudam a vida, não perceberam o que foi o governo Bolsonaro”; “candidatura com programas revolucionários não é possível” e que “há uma polarização entre Lula e candidatura de esquerda” – o PSOL trouxe os diversos argumentos para pressionar o voto em Lula no primeiro turno.

***(...) defendemos que o 34º Congresso servisse como retomada dos métodos presenciais de luta, que neste momento se coloca sob a urgência de construção da greve pela reposição salarial como forma de defender as condições de estudo e trabalho dos IFs. Que o Congresso se coloque pela unificação com outras categorias, cobrando dos sindicatos e centrais sindicais um Dia Nacional de Luta (...)***

O POR defendeu sua tese de conjuntura partindo da análise da passividade dos servidores e da maioria dos trabalhadores com a política de isolamento social adotado pelas direções sindicais. Que essa passividade custou a piora nas condições de vida e trabalho. O ataque aos nossos direitos, empregos e salários, assim como as tendências fascizantes, não serão resolvidas substituindo um governo burguês por outro. Por isso, defendemos que o 34º Congresso servisse como retomada dos métodos presenciais de luta, que, neste momento, se coloca sob a urgência de construção da greve pela reposição salarial, como forma de defender as condições de estudo e trabalho dos IFs. Que o Congresso se coloque pela unificação com outras categorias, cobrando dos sindicatos e centrais sindicais um Dia Nacional de Luta – que de fato sirva para parar a produção, que tome as ruas, com atos massivos e piquetes, como forma de derrotar as contrarreformas Trabalhista e da Previdência, e evitar a aprovação da contrarreforma Administrativa, por um movimento unificado em defesa dos empregos, salários e direitos.

Na mesa sobre Educação, as chagas do capitalismo que destroem a Educação foram expostas, e a resposta dada a elas, pela maioria das correntes, foi a substituição do governo Bolsonaro por Lula. O POR defendeu a importância de uma política proletária para educação, e que, neste momento de intensos cortes, é necessária a defesa do financiamento integral, calculado nas assembleias gerais, com quem estuda e trabalha nos IFs, e que seja garantido integralmente pelo Estado; contra



## Revista Proletária na Educação

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

nº 10

ago 2020

a mercantilização e privatização do ensino – pela estatização sem indenização de toda rede privada; contra a destruição da educação com o avanço do EaD; contra a ingerência do Estado, defesa da real autonomia escolar, que os IFs sejam controlados por quem estuda e trabalha, por meio do cogoverno tripartite, de estudantes, professores e técnicos-administrativos, subordinado à Assembleia Geral da Comunidade Escolar, com voto universal.

Diante da insatisfação de falta de espaço na programação do Congresso para discutir a greve, no terceiro dia, com Plenária sobre Educação, a Corrente Proletária, independentes e outras correntes defendeu que o primeiro ponto da plenária fosse a greve. Sobre a greve, cada chapa fez fala, com sorteio para inscrição das demais falas. Ficou claro que o posicionamento da chapa majoritária (PSOL), da gestão que encerrou, estava por aguardar Andes e Fasubra, sob a justificativa de construção da unidade, sem fazer nenhum balanço do fracasso da política do Fonasefe, que marcou e desmarcou diversos dias de mobilização e de início de greve, sem fazer o esforço por construir em suas bases. O PT, com a chapa 1ª de Maio, defendeu a construção imediata da greve, mas sem apontar a necessidade de construção do Comando, assembleias e plenárias presenciais. Alguns IFs e campi estão mais avançados na construção, outros apontam dificuldade, mas com informes que demonstram disposição de luta dos servidores, principalmente diante da alta do custo de vida e falta de reajuste. A Corrente Proletária na Educação defendeu a importância de construção imediata da greve. O INSS mostra o caminho para pressionar o governo a negociar a pauta de reivindicações do movimento. Por isso, concretamente, é necessário encaminhar o que é necessário para construção da greve: formação do Comando unificado e retomada das plenárias nacionais presenciais. Quanto ao comando, Lobão (PSOL-Resistência) disse que na segunda-feira o Comando se instaurará, impedindo o encaminhamento de construção do comando a partir dos com as pessoas presentes no plenário. Como forma de boicotar a greve, Lobão ainda tentou encaminhar a votação de greve no Congresso, sendo que a greve já foi aprovada em plenária. Esta manobra foi respondida pela chapa 1ª de Maio de forma legalista, chamando o advogado para mesa, sob a preocupação de não aprovar a greve no Congresso, e ter de convocar um Congresso para encerrar a greve, a greve não foi votada, a plenária entendeu que o movimento paredista já foi deliberado.

### **A aprovação de tese Estatutária que inclui artigo de Lei antigreve**

A conclusão da discussão da greve acabou se dando sob o legalismo de uma tese que defende pontos da Lei antigreve (assinada por Lobão/PSOL, coordenador geral do Sinasefe nacional, e Carlos Magno/SPL e reafirmada por 1º de Maio-PT) – que deliberou que os IFs só poderão entrar em greve apenas em Plenária Nacional (que se transformará em Assembleia Ge-

ral), ou seja, a greve não poderá partir das seções, como estamos fazendo agora, sob o argumento de se adequar às condições jurídicas. Assim, aprovou-se para o estatuto do Sinasefe uma lei que serve para a burguesia intervir em um método de luta dos trabalhadores. Este artigo aumenta a burocratização no interior do sindicato. As correntes que compõem a direção nacional já controlam as convocações de plenárias, que, com a pandemia, se tornaram virtuais, e mesmo com a retomada do trabalho presencial, PSOL, PSTU, PT e outras correntes que fazem parte da direção nacional não se colocam por retomar as plenárias nacionais presenciais. Votou-se isso às pressas, para caminhar para o ponto das eleições 2022, sob a “urgente preocupação de tirar Bolsonaro”. Apenas a Corrente Proletária se opôs à inserção da tese da Lei de greve no estatuto do sindicato, nenhuma das chapas se levantou contra e ainda votaram por sua aprovação.

### **Congresso encaminhou como principal tarefa o “apoio à candidatura de Lula/Alckmin”**

Na discussão sob a conjuntura, Lobão encaminhou como consensuais todas as teses, e que o ponto principal a ser discutido era as eleições presidenciais de 2022, onde a diferença nas chapas era entre aprovar Lula no primeiro ou no segundo turno.

Sonhar e Lutar (PSOL e independentes) defendeu Lula para derrotar Bolsonaro, para tentar mostrar alguma criticidade, adicionou que é voto sem confiar, que é preciso cobrar o programa, manter o Sinasefe classista. 1º de Maio (PT, PSOL, independentes), se colocaram por apoiar Lula no primeiro turno. SPL (Sinasefe para Lutar – PT e independentes) disputou quem é mais defensor de Lula, fazendo crítica aos que agora defendem Lula, mas que já defenderam o “Fora Todos”, tentou ensaiar independência de classe, afirmando “Lula eleito, ele estará de um lado, e o sindicato de outro”, e concluiu com “Fora Bolsonaro, já no primeiro turno”. Teve ainda as chapas

do MEP (Movimento Escola Popular – PCB), Lula no segundo turno; Movimento Independente Classista - CSP-Conlutas (PSTU, PSOL/APS) defendeu voto para tirar Bolsonaro, mas se absteve, sob o argumento de receio do sindicato ser multado por apoiar candidato. Ao final da discussão, foi aprovada por ampla maioria o apoio à candidatura de Lula.

### **Convite da CSP-Conlutas para Composição de Chapa**

A CSP-Conlutas (PSTU/PSOL-APS) convidou o POR para participar de sua plenária para constituição de chapa para disputar a direção nacional do Sinasefe. Participamos da Plenária e explicamos as razões para não entrarmos na chapa. A CSP-Conlutas, assim como a majoritária PSOL/PT, defendeu a política burguesa de isolamento social, que deixou a categoria anestesiada diante dos ataques do governo à Educação. Enquanto Central, não se esforçou por convocar plenárias para unificação dos trabalhadores públicos e privados, na defesa

contra a MP 936, que reduziu em até 70% os salários, nem convocou a categoria contra o congelamento salarial, imposto por Bolsonaro/Guedes.

#### **Chapas e constituição da Direção Nacional do Sinasefe**

Foram 7 chapas inscritas para DN (Direção Nacional do Sinasefe): MEP (Movimento por uma Escola Popular - PCB), com 66 votos e 4 cargos na DN; Sonhar e Lutar (PSOL-Resistência, entre outras correntes), com 153 votos, 9 cargos, mantendo a coordenação geral da DN; SPL (Sinasefe para Lutar – PT), 65 votos e 4 cargos na DN; Unir e Prosseguir na Luta (MEI-PT), 34 votos, 2 cargos; Movimento Luta de Classes (UP), com 26 votos, 2 cargos; 1º de Maio (PT), com 67 votos, 4 cargos; MI Classista (CSP-Conlutas), 28 votos, 2 cargos. O debate entre as chapas serviu principalmente para mostrarem quem era mais

defensor do voto em Lula/Alckmin. Estas correntes não se colocaram contra a passividade da categoria sob os métodos virtuais; a unidade defendida foi em torno das eleições de Lula, e não das reivindicações dos trabalhadores. Além disso, foram as que não se levantaram contra a Lei antigreve. Assim, todas as correntes compartilharam com o aumento da burocratização e engessamento do movimento. Este é apenas um exemplo, de como na essência estas correntes concluíram o Congresso sob a tarefa de não construir a luta a partir da independência de classes, mas adaptadas às políticas burguesas e, por isso, se acomodaram no eleitoralismo e disputa aparelhista do 34º CONSINASEFE.

*Publicamos abaixo dois pronunciamentos da Corrente Proletária*

Nós, da Corrente Proletária, saudamos esse Congresso presencial, após mais de 2 anos que a nossa categoria, assim como a maioria dos trabalhadores, ficaram atomizados nos meios virtuais, sob os ataques da burguesia e dos governos. Estamos diante de uma luta, uma campanha salarial, que nos coloca uma tarefa de conseguir romper a passividade desses anos de Pandemia. A passividade que as direções sindicais impuseram à classe operária e os demais oprimidos. É im-

portante que, nessa mesa de conjuntura, discutamos a necessidade da luta unitária para enfrentar, não só o governo Bolsonaro, mas os governos nos estados.

É importante, companheiros, que defendamos que o Congresso do SINASEFE aprove a construção de um Dia Nacional de Lutas. É importante que os servidores públicos se unam com os trabalhadores da iniciativa privada, terceirizados e camponeses. Que sejam convocadas as assembleias e plenárias, para que os explorados

ganhem as ruas, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Dizemos que não será por meio das eleições que, nós trabalhadores, enfrentaremos esse governo autoritário. Será nas ruas, com os métodos próprios dos trabalhadores. Por fim, é preciso que o Congresso se posicione sobre a guerra na Ucrânia, exigindo o fim dessa guerra de dominação, que tem como principal responsável os Estados Unidos. Unidade, companheiros, para impor nossas reivindicações.

### **Pronunciamento do companheiro da Paraíba**

Boa tarde, companheiras e companheiros. Sou do Instituto Federal da Paraíba e da Corrente Proletária na Educação. Vou, neste tempo curtíssimo, sintetizar alguns pontos da nossa tese de luta e do plano de lutas para educação. Estamos distribuindo o Boletim e o Manifesto, que contém nossas posições.

Os principais pontos da nossa tese são: combater os cortes orçamentários, a expansão do EaD, a ampliação do privatismo interno na instituição e a ingerência do governo federal, rechaçando os interventores na nossa rede. Enterrar a EC 95

do Teto dos Gastos e as contrarreformas, que estão destruindo os trabalhadores, em geral. Agora, para isto, é urgente retomar a nossa verdadeira organização presencial do sindicato, para superar essa atomização e essa passividade dos meios virtuais, construir a luta no local de trabalho, convocando as assembleias e as plenárias nos locais de trabalho. Só assim, poderemos realizar uma greve realmente combativa, sem mais vacilar, sem mais adiar. Os trabalhadores do INSS estão mostrando que somente com a greve é possível impor as reivindicações. Nesse momento, em que

os trabalhadores têm mostrado disposição de luta, é preciso que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, para unificar os explorados contra esse conjunto de ataques. Precisamos aprovar um plano de lutas, para voltar à base e construir essa luta. Precisamos combater o ensino a distância (EaD), o BNCC, a reforma do ensino médio e todas as formas de privatização, que vêm sendo impostas pelos governantes na Educação. Precisamos levantar a bandeira do ensino público e gratuito a todos e os recursos necessários para a sua manutenção. ■

## **PRF assassina Genivaldo em Sergipe Mais um crime de classe da burguesia**

Tomou as redes sociais, o vídeo de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) prendendo um homem dentro do camburão e enchendo-o com gás, cena que foi comparada com as câmaras de gás nazistas. Genivaldo de Jesus, homem negro com esquizofrenia, foi parado pelos policiais por dirigir sua moto sem capacete. E essa abordagem, por um motivo tão banal, levou à sua sentença

de morte por asfixia. Tal brutalidade da ação da polícia, tal desprezo pela vida dos pobres e oprimidos, é a expressão da barbárie social capitalista. Longe de ser a exceção, esse assassinato aconteceu pouco depois da polícia no Rio de Janeiro realizar uma de suas maiores chacinas já registradas.

No dia 27 de maio, em São Paulo, a Uneafro convocou um ato em frente à

Superintendência da PRF contra o assassinato. O POR participou e interveio no ato, denunciado esse como mais um crime de classe da burguesia. Defendeu a necessidade da luta nas ruas com independência de classe, contra as ilusões nas instituições burguesas. E defendeu que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários e direitos, pelo





desmantelamento da polícia e criação de comitês populares de autodefesa.

### **Pronunciamento do POR:**

Primeiramente, eu queria saudar essa manifestação, porque ela é muito importante. A gente acabou de ver uma

chacina no Rio de Janeiro. Poucos dias depois, esse brutal assassinato em Sergipe. E o que está sendo feito? O que as centrais, como os companheiros já colocaram aqui, o que os sindicatos estão fazendo? Não estão fazendo nada. Não estão convocando o movimento para as ruas para se manifestar. E este é o acerto de chamar essa manifestação no dia de hoje.

Esse assassinato do Genivaldo, como todos os outros assassinatos feitos pela polícia, pelo braço armado do Estado, são crimes de classe. E é importante dizer que são crimes de classe. E por quê? Porque se a gente entende que esse é um crime de classe, a gente vai ter de lutar contra a classe que está no poder. A gente vai ter que lutar contra a burguesia, que diante da crise econômica descarrega toda a barbárie, toda a miséria, em cima dos explorados, em cima da maioria negra. É isso que acontece e é por isso que os assassinatos têm acontecido com mais frequência, têm se intensificado.

A gente tem de fazer as denúncias, mas tem de chamar as manifestações de

rua como essa. Como os companheiros já colocaram aqui, é preciso chamar novas manifestações. É preciso fazer o combate, não [o] institucional, mas o combate com independência de classe, o combate nas ruas. Porque essa polícia é o braço armado da burguesia, e não vai ser com as instituições burguesas que vai ser resolvido esse problema. Então, o que a gente vem defender aqui, que o POR tem colocado já faz um tempo, é que as Centrais, os sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, que seja em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos. Porque desemprego, demissões, fechamento de fábrica têm atingido a maioria explorada. E, além disso, o que é preciso ser feito? É chamar a defesa do desmantelamento da polícia. A defesa de comitês populares de autodefesa. Não é fazer nenhuma reforma na polícia, não é defendendo nenhuma saída eleitoral que a gente vai resolver isso. É lutando pela independência de classe nas ruas, que a gente vai conseguir avançar e combater essa polícia assassina. ■

## **Ceará**

### **Ato dos petroleiros no Ceará contra privatização da Lubnor**

No dia 27/05, ocorreu ato convocado pelo Sindipetro CE/PI contra a privatização da Lubnor (refinaria de lubrificantes, asfaltos e fertilizantes do nordeste). A Petrobrás comunicou formalmente ao mercado, no dia anterior (26/05), a venda da refinaria por irrisórios US\$ 34 milhões ao grupo Grepar Participações, valor que representa apenas metade (55%) do seu preço de mercado, segundo o Ineep.

A venda da Lubnor não é um fato isolado, e se junta às operações de venda das outras unidades de refino da Petrobrás que, por sua vez, integra o Programa de Desinvestimento da Petrobras, firmado com o CADE desde 2019, e onde estão previstas a venda de 8 refinarias aos grupos privados. O governo antinacional e antipopular de Bolsonaro empreende uma ofensiva maldita pelo desmonte da Petrobrás e a entrega de outras estatais (Correios, Eletrobrás, etc.) ao capital financeiro nacional e internacional.

O ato da Lubnor ocorreu no portão da empresa, e reuniu petroleiros, partidos, representantes dos sindicatos dos moto-



ristas, construção civil, além de centrais (CUT, CPS-Conlutas). As falas das direções sindicais e partidos lamentavam a truculência da empresa, a decisão arbitrária da venda, a indignação com a entrega a preço vil, e concluíam com o chamado

a votar em Lula/PT nas próximas eleições, para derrotar Bolsonaro e barrar os ataques privatistas.

O POR interveio no ato com seu jornal e com uma fala completamente oposta à da maioria das correntes. Defendeu que a luta contra a privatização da Lubnor precisa estar ligada à luta geral, que já é travada pelos trabalhadores por empregos e salários (como na CSN), contra o fechamento de fábricas (como na Caoa-Cherry), e contra a privatização da Eletrobrás, Correios, etc., em um só movimento. Defendeu que as Centrais sindicais precisam romper com a política de colaboração de classes e o eleitoralismo, e convocar imediatamente um Dia Nacional de Lutas com paralisações e bloqueios, como passo preparatório para a greve geral.

Os ataques que se intensificam contra a economia nacional e as condições de vida das massas expressam a crise econômica mundial capitalista. Os revolucionários estão diante da tarefa de lutar contra a embriaguez eleitoral e a conciliação de classes com todas as forças, intervindo em todas as lutas.

# 150 demissões na Pfizer

A multinacional Pfizer demitiu 150 trabalhadores. Por outro lado, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos se postaram em frente à empresa, intitulado “greve de ocupação”, exigindo a abertura de negociação sobre as demissões. Denunciam os altos lucros

(25,7 bilhões de dólares, no primeiro trimestre de 2022) e as demissões “imotivadas”.

Até o momento, nada foi decidido. Essa conduta dos sindicalistas, de pressão no escritório da empresa, não reverterá as demissões. A luta é dura, mas esse é o único caminho. Para isso,

é preciso convocar assembleia, e tornar a luta em defesa dos demitidos como um único movimento, daqueles que permanecem empregados com os que foram demitidos. Sem essa unidade, os capitalistas da Pfizer não serão pressionados a modificar seu plano de demissão.

## Fortalecer a greve dos operários da MWL

Os operários da MWL estão em greve, desde o dia 6 de maio. A reivindicação principal é o pagamento dos salários, que está em atraso. Apesar das manifestações ocorridas em Caçapava e Jacaré, juntamente com os operários da Caoa-Chery, a greve continua isolada. O Tribunal Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, na audiência de conciliação, não conseguiu fazer com que a empresa colocasse em dia o pagamento, e não descontasse os dias de greve. Diante do impasse, o TRT fará novo julgamento.

A direção do sindicato, por sua vez, diz que continuará pressionando a empresa pelo pagamento e não desconto dos dias parados. O problema está em que, mesmo que pague o salário atrasado, nada garante que a empresa terá condições de pagar os próximos salários. O que exige o fortalecimento do movimento grevista.

A região industrial de São José dos Campos, Taubaté, Jacaré e Caçapava vem sendo duramente atingida com a crise econômica. Os capitalistas têm respondido com o fechamento de fábricas (Ford, LG, Cao-Chery) e demissões em massa. Ou então, com atrasos de salários, como é o caso da MWL. Quem arca com essa resposta patronal é a classe operária, que perde a única fonte de existência, que é seu posto de trabalho. Está aí por que o Boletim Nossa Classe vem insistindo na campanha pela unidade dos empregados e desempregados, convocação das assembleias, e constituição dos comitês de base. E vem defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

## O desemprego entre os jovens é de 30,6%

*Impor a reivindicação “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”*

O desemprego entre a juventude é visível. Milhares de jovens não conseguem um posto de trabalho. Há poucas semanas, diante do anúncio de recrutamento para o trabalho, o Vale do Anhangabaú (SP) ficou abarrotado. A maioria era constituída de jovens, que buscavam o primeiro emprego. O dado divulgado recentemente pelo IBGE aponta que, no primeiro trimestre desse ano, a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos ficou em 30,6%. Há também o dado estarrecedor do crescimento do número de jovens que nem estudam, nem trabalham, os intitulados “nem-nem”. Em 2020, esse número já atingia 35,9%. Após dois anos de Pandemia e ensino online, outros milhares de jovens não retornaram às escolas.

Os politiqueiros tentaram atrair essa juventude por meio da campanha de “tirar o título de eleitor”, visando a iludir com a escolha de candidatos “certos”, “comprometidos”, nas eleições de outubro. Como fosse possível modificar esse quadro trágico de desemprego por meio da troca de governo. Não! A luta pelo emprego e por educação tem de ser com os métodos próprios da classe operária, com manifestações e protestos nas ruas. Daí a importância de as direções sindicais e estudantis organizarem essa massa de jovens, para exigir dos governantes que nenhum jovem esteja fora do trabalho e da escola.

R\$ 15

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



Lições da  
Comuna de Paris  
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

## Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

**FOR**  
Marxismo  
Teoria e Programa

Nova  
Coleção  
Editorial

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

# **Segunda maior chacina na história do RJ**

## **É preciso uma resposta de classe à violência do Estado contra os pobres e miseráveis**

25 de maio de 2022

Nas últimas edições do Jornal Massas, publicamos denúncias de uma série de operações policiais feitas nos morros do Rio de Janeiro pelo governo de Claudio Castro. Um dos resultados dessas operações foi a chacina na Vila Cruzeiro, uma das comunidades do Complexo da Penha, no dia 24 de maio. Até o momento da redação desta nota, somavam 26 pessoas assassinadas pelo braço armado do Estado, além de algumas feridas. A operação contou com o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), Polícia Federal e a PRF (Polícia Rodoviária Federal).

***A matança que acaba de ocorrer na Vila Cruzeiro é expressão de uma verdadeira guerra civil dos ricos contra os pobres.***

Um levantamento do Grupo de Estudos de Novas Ilegalidades da UFF aponta que, em 14 anos, o Rio de Janeiro teve 593 chacinas policiais. Neste ano de 2022, no dia 11 de fevereiro, uma operação, onde PFR também estava presente, deixou 8 mortos na Vila Cruzeiro, 20 dias após o governador Claudio Castro colocar em vigor o programa Cidade Integrada. A chacina atual já é a segunda maior da história, atrás apenas da chacina do Jacarezinho.

Em forma de protesto, moradores e mototaxistas realizaram uma manifestação na região conhecida como Matinha, no alto da Penha, já que as atividades relacionadas ao comércio, que geram renda, sofreram grandes danos durante a operação. Uma pessoa revelou que os policiais circulavam pela região gritando “todo mundo vai morrer”. As manifestações espontâneas se mostram limitadas. Por um lado, revelam a indignação da comunidade atingida, mas, por outro, mostram a profunda ausência que faz o partido revolucionário, organizado no interior das massas exploradas.

Diante da chacina, uma pesquisadora bradou “isso é inadmissível numa democracia!”. O erro aí está em não compreender que o que se chama democracia é, na verdade, a democracia burguesa, controlada com mão de ferro pela burguesia. No caso dos países de capitalismo atrasado, semicoloniais, como o Brasil, a coisa é ainda pior, não passando de uma caricatura de democracia burguesa, onde as massas não são mais que força de trabalho, que nos tempos de crise e alto desemprego, viram um empecilho para o Estado. A fala de Bolsonaro, no mesmo dia da chacina, mostra a mentalidade reacionária dos governantes; parabenizou a polícia e disse “que neutralizaram pelo menos 20 marginais ligados ao narcotráfico”.

Já o reformismo petista mostrou todo seu oportunismo, utilizando-se do ocorrido para fazer campanha eleitoral. Ocultam, entretanto, que sob seus governos foram feitas muitas incur-

sões das forças armadas nas favelas, como em 2010, quando o General Heleno, que liderou a operação militar no Haiti, levou as forças armadas para o Alemão e Vila Cruzeiro; ocultam que, em março de 2014, Dilma assinou um decreto que autorizava a entrada do exército no Conjunto de Favelas da Maré; ocultam que as chacinas policiais não cessaram sob seus governos, como na Baixada Fluminense, em 2005, na favela do Barbanete, em 2009, ou a maior chacina do estado de SP, em Osasco, em 2015. Além disso, cabe lembrar, que o atual vice na chapa com Lula para a presidência é, nada mais nada menos, que o carniceiro de SP, Geraldo Alckmin, que governou o estado por anos, apoiando-se na violência policial contra os pobres e miseráveis. Como se vê, o petismo tem teto de vidro em relação à violência contra os explorados.

As massas faveladas já não suportam a violência policial, mas quando olham para os lados não encontram nenhuma saída. O canto da sereia do reformismo já não faz eco nos morros. No entanto, as pressões do ano eleitoral crescem. Marcelo Freixo, ex-PSOL e agora PSB, amplia seu discurso pró-polícia.

O desemprego, subemprego, baixos salários, miséria e fome marcam a vida da maioria oprimida. Boa parcela da juventude, principalmente preta, nunca teve e nunca terá o emprego, um salário e uma carteira profissional assinada. Nos bairros miseráveis, nas favelas e cortiços proliferam o tráfico e toda sorte de criminalidade. Essa tem sido a forma de sobrevivência daqueles que mais sofrem com o capitalismo em decomposição. As riquezas estão concentradas nas mãos de poucos e a pobreza e a miséria atingem a maioria dos brasileiros. A resposta da burguesia e dos seus governantes não é a de criar empregos, acabar com o subemprego, dar condições de trabalho, estudo e saúde a uma massa de seres humanos. A resposta da burguesia é criar mais polícia e aumentar a letalidade dos armamentos. A matança que acaba de ocorrer na Vila Cruzeiro é expressão de uma verdadeira guerra civil dos ricos contra os pobres.

Diante de mais esse massacre do Rio, é tarefa da vanguarda com consciência de classe trabalhar para penetrar o programa da revolução proletária, o programa do POR, em todos os poros da sociedade. Só assim as massas poderão organizar sua revolta contra o Estado burguês utilizando seus métodos próprios, os métodos da ação direta. O Partido Operário Revolucionário, em construção, denuncia e condena mais essa chacina da polícia do Rio de Janeiro. Exige que os sindicatos, centrais, movimentos e correntes políticas que se reivindicam da classe operária a convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas; e pelo desmantelamento da polícia e constituição de comitês de autodefesa popular.



**Nesta edição:**

- **79 anos de liquidação da III Internacional:** Trotsky - Stalin assinou o certificado de morte da Terceira Internacional
- **Bolívia:** Precisamos de uma nova revolução universitária.
- **América Latina:** Direitização dos governos nacional-reformistas da América Latina .
- **Lênin:** *extratos* - “Revisão do Programa do Partido”.



## Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**79 anos de liquidação da III Internacional, por Stalin****Viva a III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos!**

Em 9 de junho de 1943, G. Dimitrov, presidente do Comitê Executivo da Internacional Comunista, divulgou o comunicado de dissolução da III Internacional. Em três pontos concisos, o estalinismo deixou claro que a Internacional, criada sob as condições da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917, se havia tornado num obstáculo para a política de aliança com a fração imperialista vitoriosa.

Eis a confissão da traição à classe operária mundial: *“Aos três anos da Segunda Guerra Mundial – em 1943 – para galvanizar ainda mais o bloco de países e de forças que estavam empenhadas na luta contra o nazifascismo, acordou-se a dissolução da Internacional, deixando aos partidos, plenos de experiência, a responsabilidade de sua ação política em cada país. Sua elevação e maturidade política já não faziam necessária a existência nesse período de unidade internacional das forças progressistas do mundo contrárias ao inimigo comum de toda a humanidade, o nazifascismo, e seus aliados, de um organismo internacional de direção como era a Internacional Comunista, que já não se acomodava à nova situação histórica, que vivia o movimento operário internacional”*.

Em nome de Lênin, Stalin e seus asseclas confessam, sem temor, que a liquidação da III Internacional se deveu à colaboração da burocracia soviética com os Estados Unidos, Inglaterra e França. A destruição da III Internacional foi a expressão mais alta do processo de restauração capitalista, encarnada pelo termidor soviético. Confirmava-se o caráter contrarrevolucionário da “teoria” de Stalin sobre a possibilidade de construir o socialismo em um só país. Sob essa orientação, o estalinismo colaborou para a derrota

do movimento operário internacional, que ascendia em sua luta de classe, impulsionada pelas bárbaras consequências da Segunda Guerra imperialista. Essa foi a forma de Stalin mostrar aos aliados que levava a sério o seu objetivo reacionário de negar fundamento leninista de que o avanço da transição do capitalismo ao socialismo, iniciada com a revolução proletária e a constituição da URSS, dependia da revolução mundial.

Abaixo, publicamos uma Carta Aberta ao proletariado mundial, escrita por Trotsky, divulgada em junho de 1935, oito anos antes da dissolução da III Internacional, em que demonstra que o estalinismo se havia transformado em uma corrente do “social-patriotismo”. Esse fenômeno histórico levou primeiramente à liquidação programática da III Internacional. O que resultou, poucos anos depois, em sua destruição física.

Nesses 79 anos de desaparecimento da III Internacional, o Partido Operário Revolucionário (POR) levanta a bandeira de defesa do programa do proletariado internacional, elaborado e aprovado nos Congressos de 1919, 1920, 1921 e 1922, conhecidos pelos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, para se distinguir dos Congressos posteriores de revisão estalinista.

***Viva a III Internacional, dirigida  
por Lênin e Trotsky!***

***Nossa tarefa é de superar a crise de direção,  
reconstruindo o Partido Mundial da Revolução  
Socialista, a IV Internacional.***

## **Stalin assinou o certificado de morte da Terceira Internacional**

### **Carta aberta ao proletariado mundial**

Stalin, juntamente com o renegado Laval, assinou o certificado de morte da III Internacional. Hoje, não há um só trabalhador, por atrasado que esteja politicamente, que não compreenda que os burocratas soviéticos traíram publica e decididamente o proletariado mundial. Pela primeira vez, Stalin colocou abertamente as coisas. Diante dos olhos de todo o mundo, repudiou o internacionalismo proletário, e adotou o programa do social patriotismo. Informou, sobre sua franca traição, seus lacaios da França, por meio de um ministro burguês, que, por sua vez, é um traidor da classe operária de seu país. Os mercenários burocráticos do estalinismo francês ime-

diatamente tiraram todas as conclusões necessárias, e, em seus artigos, Vaillant-Couturier agrega a ignomínia à traição.

As massas proletárias se mobilizam com ânimo revolucionário; os camponeses estão em ebulição, e participam vigorosamente na luta política; a pequena burguesia, diretamente golpeada pela crise econômica que continua aprofundando-se, radicaliza-se. No entanto, esse burocrata tem a audácia de escrever que já não cabe a atividade independente do proletariado em sua luta revolucionária contra a burguesia, que de nada valem todos os esforços nesse sentido, e o que resta a fazer, para evitar a invasão da URSS, é ter fé no imperialismo francês.

*Trotsky, 25 de maio de 1935*



***A nova posição do Partido Comunista não tem nada de novo. É social-patriotismo.***

***“Mas – dirão – o perigo imediato é o fascismo alemão, portanto, há que ter um bloco contra ele”. Este argumento basta, para justificar tal ou qual combinação diplomática do governo de Moscou. Mas esta concepção não tem nada em comum com o marxismo. Sempre defendemos que o perigo da guerra é o produto inevitável dos antagonismos interimperialistas mundiais.***

De forma mais rasteira, realiza a traição de seu patrão.

Diante dos olhos de todo o mundo, a III Internacional se tornou um agente diplomático do estalinismo, carregado de erros e crimes, que deu abertamente um passo decisivo no caminho à paz civil.

Recordemos os fatos.

O pacto Stalin-Laval se encontra no mesmo plano que o da paz de Brest-Litovsk. O governo soviético faz uma aliança militar com o governo imperialista, não porque assim o desejasse, mas para não ser aniquilado. De qualquer modo, isso não é mais que uma justificativa. A paz de Brest-Litovsk foi uma derrota, mas o Pacto Franco-Russo foi proclamado, diante de todos aqueles que sabem ouvir, como um grande triunfo da URSS. Não é preciso comparar a relação de forças de 1918 com a atual. Os fatos falam por si mesmos. Além das diferenças na situação mundial e na relação de forças, o Tratado Franco-Soviético, do ponto de vista político e principista, aparece plenamente no mesmo nível que o tratado de Brest-Litovsk. *Devem então os comunistas e socialistas votarem no Parlamento a ratificação do Acordo Franco-Soviético?* E isso também sem levar em conta o problema de se a diplomacia soviética se viu obrigada, realmente, a assinar o tratado.

Vejamos o exemplo histórico de Brest-Litovsk. Os social-democratas alemães votaram sua ratificação no Reichstag, alegando que os bolcheviques já o haviam aceitado, não havendo, portanto, motivo algum para se opor. Os bolcheviques responderam *“Canalhas! Nós estamos objetivamente obrigados a fazer um pacto para que não nos aniquilem, mas vocês têm a liberdade política para votar a favor ou contra, demonstrando com esse voto se deposi-*

*tam ou não confiança em sua própria burguesia”.*

Ainda quando aceitemos que o governo soviético se viu realmente forçado a concluir uma aliança com o imperialismo francês, o proletariado da França não tem por que também fazê-lo. Com seus votos no Parlamento, os deputados socialistas e comunistas não se pronunciam sobre as causas e motivos que determinaram a ação do governo soviético, *mas somente sobre as razões e motivos do governo Flandin-Laval.* Se o dão o voto de confiança, são tão canalhas quanto os social-democratas alemães de 1918.

Ontem, apenas Thorez e Cia. juravam que *“amamos nosso país, mas não podemos garantir a defesa nacional sob o regime capitalista”.* Se essa formulação tem algum sentido, implica que não podemos confiar na burguesia a tarefa de defender “nosso país” (que além disso não é “nosso”). Hoje, nos é dito: *“Com o coração palpitante, faremos causa comum com nossa burguesia, em defesa da URSS”.* Perguntamos: Como pode ser que a burguesia francesa, que não é capaz de defender “nosso bem amado país”, pode defender a URSS? Isso é o nó da questão. Não se pode caminhar com meias palavras. A mesma gente se verá obrigada a proclamar: *“com o coração palpitante, faremos causa comum com nossa burguesia, para defender nosso povo contra a barbárie de Hitler, já que o povo francês tem direito a pedir a seus heróis os mesmos sacrifícios que o povo russo”.*

A nova posição do Partido Comunista não tem nada de novo. É social-patriotismo.

*“Mas – dirão – o perigo imediato é o fascismo alemão, portanto, há que ter um bloco contra ele”.* Este argumento basta, para justificar tal ou qual combinação diplomática do governo de Moscou. Mas esta concepção não tem nada em comum com o marxismo. Sempre defendemos que o perigo da guerra é o produto inevitável dos antagonismos interimperialistas mundiais. O fascismo alemão e o perigo da guerra estão determinados pelas colossais forças produtivas do capitalismo alemão, que procuram uma saída, e não podem deixar de fazê-lo, seja qual for o regime político do país. Os regimes capitalistas mais progressivos da Europa estão afogando-se dentro nos marcos do estado nacional. A França marcha ombro a ombro com a fascista Itália, e com a quase democrática Inglaterra, contra a fascista Alemanha.

Já nos esquecemos de que a atividade revolucionária, durante a última guerra, consistiu precisamente em denunciar a propaganda dos aliados, que falavam em nome da democracia contra os *junkers* prussianos e os Hohenzollern? Reaparecem as velhas armadilhas para dissimular os antagonismos interimperialistas, por trás dos falsos conflitos entre sistemas políticos.

*Por esse caminho, se chega rapidamente à idealização da democracia francesa como tal, contrapondo-a à Alemanha de Hitler.*

Aqui tampouco se pode andar com meias palavras. Repetimos: *“é a política do social-patriotismo”.*

A concepção do “agressor” é muito adequada para o maquiavélico trabalho diplomático, mas é fatal para orientar o proletariado. Para fazer o xeque-mate ao suposto agressor, a França protege Mussolini, dando-lhe liberdade de ação na Abissínia e também na Áustria. E, precisamente, o cerco cada vez mais estreito da Itália sobre a Áustria pode acalantar o vermelho vivo do nacionalismo alemão, e levar à eclosão da guerra. Aqui estão envolvidos os permanentes antagonismos,

que se aprofundam e agudizam. Sua inevitável explosão e as medidas preventivas dos estados capitalistas podem e devem provocar a catástrofe.

Responder-nos-á? *“Tudo isso talvez esteja certo, mas não é igualmente necessário nos salvar do perigo mais imediato, o da Alemanha de Hitler?”*. Antes de tudo, observemos que, ainda ontem, a III Internacional colocava na Alemanha a consigna de “libertação nacional”, que é impossível realizar sem uma guerra. Hoje, a III Internacional pretende defender o status quo de Versalhes, para evitar a guerra. Está perdido, aquele que abandone a posição da luta de classes e da revolução internacional, e comece a procurar a segurança à margem da linha revolucionária contra o próprio governo dentro do próprio país. Hoje, se ocultará a traição por trás da colocação da necessidade de “salvar a paz”, mas amanhã, quando a guerra eclodir, se trairá para salvar a democracia ou salvar a URSS. Mas, a submissão do proletariado francês não salvará a paz, nem a democracia, nem a URSS.

Se a França, Itália e Inglaterra – aniquilada a Alemanha pela segunda vez – se voltem contra seu aliado circunstancial, alguém acredita que, na confusão do momento, será possível separar, em um só golpe, o proletariado da burguesia, que, com a ajuda dos partidos operários, terá conseguido apoderar-se da nação, amordaçar e desmoralizar a classe operária, por meio da paz civil?

*Dissipar o único capital que possuímos, a independência revolucionária do proletariado, em troca de equívocos, precárias e instáveis intrigas diplomáticas significaria fechar-lhe o caminho ao futuro revolucionário.*

O crime fundamental do reformismo reside precisamente em ter castrado o proletariado com a colaboração de classe, perseguindo o fantasma das reformas. Essa política é dez, cem, mil vezes mais criminosa, quando não se trata de uma época pacífica de jogo parlamentar, mas sim de uma guerra que concentra nas mãos da burguesia todos os instrumentos da opressão e destruição, e deixa ao proletariado a sua única arma: sua independência política, seu ódio à burguesia, sua vontade revolucionária.

*Além disso, alguém tem o direito a assegurar que a dócil submissão do proletariado francês à sua própria burguesia inevitavelmente assustará o fascismo alemão, e o obrigará a dobrar-se? Seria, certamente, uma afirmação gratuita; não há dúvida de que ocorrerá justamente o contrário.*

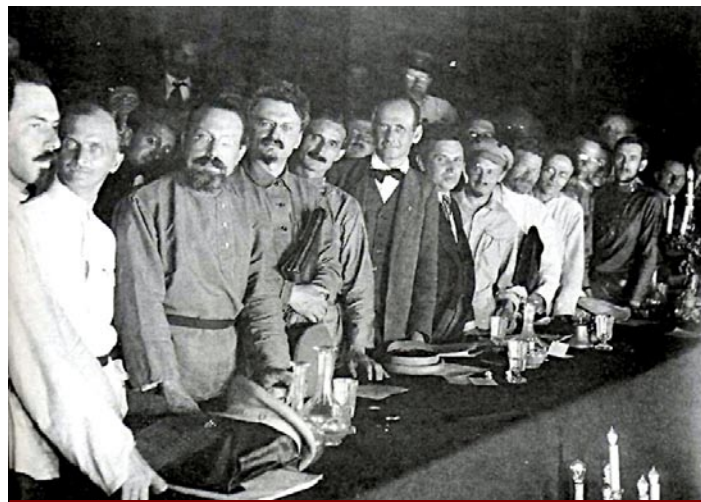
Hitler, ainda, não esmagou moralmente o proletariado alemão. Para alcançar esse feito, terá de mudar toda a sua propaganda ao redor de um argumento de muito peso: *“estamos rodeados, nos odeiam, pretendem destruir-nos”*. Trata-se da luta da raça. Já o fato de ter obrigado o estado operário a confraternizar-se com a burguesia francesa contra a Alemanha fortaleceu a posição dos nazistas contra a classe operária de seu país. Se o proletariado francês chega a participar deliberadamente nesta aliança, submetendo sua independência de classe, na Alemanha avançará muito a teoria da luta de raças em detrimento da luta de classes. Levado pelo irresistível espírito nacional que ele mesmo impulsionou, Hitler pode ver-se obrigado a desencadear a guerra.

Por outro lado, a aberta, irresistível e estrondosa oposição do proletariado francês ao seu próprio imperialismo será um

desmentido ao racismo, e dará um poderoso ímpeto à revolução alemã.

Em Genebra, a URSS participou ativamente na disposição de medidas contra o terrorismo e os terroristas. O motivo foi o assassinato do rei da Sérvia. Os marxistas sempre foram adversários do terrorismo individual, mas também assumimos a defesa dos terroristas nacionais contra a opressão imperialista. Agora, se abandonou também esta tradição elementar: a URSS se colocou na esfera das lutas nacionais, como pilar da ordem estabelecida e do status quo.

O comunicado Stalin-Laval fez com que a classe operária internacional começasse a compreender melhor por que Stalin empreendeu uma nova perseguição dos bolcheviques leninistas e do grupo de Zinoviev. Antes de entregar, finalmente, o Kremlin à burguesia, lhe era necessário esmagar e exterminar todos os que podiam protestar contra ele.



***Está perdido, aquele que abandone a posição da luta de classes e da revolução internacional, e comece a procurar a segurança à margem da linha revolucionária contra o próprio governo dentro do próprio país. Hoje, se ocultará a traição por trás da colocação da necessidade de “salvar a paz”, mas amanhã, quando a guerra eclodir, se trairá para salvar a democracia ou salvar a URSS. Mas, a submissão do proletariado francês não salvará a paz, nem a democracia, nem a URSS.***

O inimigo é o estalinismo! Mas não há que esquecer ou subestimar o reformismo. A traidora política dos estalinistas proporciona-lhe um tremendo apoio. De agora em diante, Blum e Paul Fauré difundem abertamente a ideia da defesa do “solo nacional”, porque, de qualquer modo, estes filisteus não aprovam a defesa “incondicional”. Todo mundo tem claro que é estúpido querer “condicionar” a defesa da burguesia nacional ou do estado proletário. Se nosso país, tal como é, vale a pena ser defendido, há que fazê-lo mais além do qual seja a origem da guerra; é absurdo castigar o “nosso país” pela idiotice de Laval e de seus partidários. *Para nós, o determinante é o caráter de classe, não a política do governo.* Estamos obrigados a nos opor



aos pressupostos de guerra dos governos mais democráticos dos estados burgueses e a defender a URSS, apesar de Stalin e sua infâmia.

Entretanto, o absurdo da defesa “condicional” dos estados burgueses tem um grave significado político. Se Blum desse à burguesia tudo o que esta exige, não poderia diferenciar-se de Herriot, nem tampouco sequer de Louis Marin. Perderia a confiança da classe operária e se converteria em um zero à esquerda. Ao apresentar-se como pacifista até a eclosão da guerra, conserva a possibilidade de prestar um duplo serviço à burguesia durante o conflito. Um grande setor da classe operária dirá: “se este comprovado pacifista se une agora às fileiras da “paz civil”, será porque a guerra foi lançada contra nós, porque a defesa é justa”. Para poder cumprir com esta missão, Blum tem de rechaçar como inúteis as ordens de Stalin. A virada social-patriota dos estalinistas facilita enormemente este pérfido jogo.

Leon Blum e Cia. se lamentam de que o comunicado não se adequa suficientemente aos estatutos da Liga. Sem dúvida, já em janeiro, o CAP (Conselho Nacional de SFIO) elaborou seu famoso programa, que proclama a necessidade de destruir o estado burguês e de opor-lhe os interesses do povo trabalhador, que incluem os interesses do país. O que é a Liga das Nações? É também o mecanismo do estado burguês, ou de vários estados burgueses, que atuam conjuntamente, e são ao mesmo tempo antagônicos entre si. Se só cabe destruir o mecanismo do estado burguês, como pode depositar esperanças de um futuro melhor na Liga das Nações, que é quinta essência desse mecanismo?

A doutrina jauresista afirma que a democracia ou o estado democrático (“o mecanismo burguês”) sofre constantes melhoras e avança lenta, mas seguramente, para o socialismo. Visto dessa perspectiva, naturalmente, a Liga das Nações tem de ser o regulador das relações internacionais dos democratas.

Hoje, não só Pivert e Ziromski, mas também Blum e Paul Fauré, se vêm obrigados a reconhecer a necessidade de derrotar e destruir o mecanismo do estado burguês. Nessas condições, como podem continuar acreditando na Liga das Nações?

A mesma questão se coloca a respeito do tema do desarmamento. Ziromski se mostra muito pesaroso, ao ver como seu recente amigo Litvinov abandona a consigna do desarmamento em favor da segurança coletiva. Em um artigo anterior, o próprio Ziromski rechaçou o “social-pacifismo” na política interna, isto é, a esperança de resolver amistosamente o problema social. Ziromski é incapaz de compreender que o pacifismo social exterior é a outra face da moeda do pacifismo social interior. Se a burguesia permite que se desarme para garantir a paz, isso implicará que, por usa vez, fique desarmada para lutar contra o proletariado. Encontramos aqui a mesma contra-

dição que na questão da Liga das Nações. Temos ao menos o reconhecimento verbal da necessidade de que o proletariado se arme e conquiste poderosos apoios no exército burguês, para chegar ao triunfo na luta de classes interna. Por outro lado, se dedicam a garantir a paz sob o regime capitalista, por meio do desarmamento geral. Por que, então, fazer uma revolução contra uma burguesia humanitária, que aceitará a desarmar-se por um acordo na Liga das Nações?

A solução desse enigma é bastante simples. Esta gente não tem a menor confiança na revolução, nem na destruição do mecanismo do exército burguês. Demonstram, além disso, repetindo a consigna “Desarmem as ligas fascistas”. Ziromski é inconsciente de que esta famosa reivindicação revolucionária é a encarnação mais estúpida do pacifismo social.

Para nos refutar, se dirá: “Sem dúvida, vocês, bolcheviques leninistas, reconhecem o direito do estado soviético de fazer alianças com os estados imperialistas em prol de sua segurança imediata. Portanto, não temos o dever, como operários franceses, de apoiar essas alianças, na medida em que são úteis ao governo operário”?

Não, nunca! Já assinalamos por que os socialistas alemães tinham a obrigação de lutar contra a paz de Brest-Litovsk, ainda que nesse momento esta era absolutamente necessária para que continuasse existindo a União Soviética.

Vejamos esse problema mais concreto e praticamente. O derrotismo revolucionário não implica, em absoluto, a sabotagem da falsa defesa nacional por uma minoria ativa. Seria absurdo atribuir aos operários revolucionários a ideia de explodir pontes, estradas de ferro, etc., no caso de que ecloda a guerra. Os operários revolucionários, na medida em que sejam uma minoria, participarão na guerra como escravos do imperialismo conscientes de sua escravidão. Ao mesmo tempo, prepararão com sua agitação a transformação da guerra imperialista em guerra civil.

Suponhamos que a URSS consiga obter a ajuda militar da burguesia francesa no caso de uma agressão por parte

do imperialismo alemão (o que, de passagem, não é de nenhuma maneira seguro). Essa assistência oferecida pela burguesia no poder não se veria obstaculizada pelo fato de que a minoria revolucionária continuasse cumprindo seu dever de preparar incessantemente a derrocada da burguesia, mais além dessa ajuda militar do Estado Maior imperialista (que será sempre precária, contraditória e pérfida).

A repercussão que terá na Alemanha o movimento revolucionário da França proverá outro tipo de ajuda, muito efetiva, para a salvação da URSS, assim como para o desenvolvimento da revolução mundial.

Se o movimento revolucionário francês, no caso de uma guerra, se fortalecesse tanto como para ameaçar diretamente o



***Os operários revolucionários, na medida em que sejam uma minoria, participarão na guerra como escravos do imperialismo conscientes de sua escravidão. Ao mesmo tempo, prepararão com sua agitação a transformação da guerra imperialista em guerra civil.***

aparato militar da burguesia, e pusesse em perigo sua aliança com a URSS, isso implicaria que o proletariado francês estaria em condições de tomar o poder no apogeu da luta. Por acaso teria de freá-lo nessa situação? Então, digam. Correremos o risco da derrota? Obviamente. A revolução, tal como a guerra, implica sempre um perigo, já que o perigo é seu elemento essencial. Mas somente os miseráveis filisteus pretenderão superar uma situação internacional cheia de perigos mortais sem correr nenhum risco.

Portanto, o derrotismo revolucionário não impede ao governo soviético aproveitar-se, sob sua própria responsabilidade, de tal ou qual pacto, ou de uma ou outra ajuda militar imperialista. Mas essas circunstâncias transitórias não podem, nem devem, de nenhuma maneira, comprometer o proletariado francês e mundial, cuja tarefa, sobretudo em tempos de guerra, consiste em preparar a liquidação do imperialismo por meio da revolução vitoriosa.

O pacto é um índice de debilidade da URSS, não de sua fortaleza. Esse novo tratado é a consequência das derrotas na China, Alemanha, Áustria e Espanha.

*Dado que se debilitou o fator revolucionário mundial, o governo da URSS se viu obrigado a adaptar-se ao fator imperialista.* Essa é a única formulação correta do Tratado Franco-Soviético.

Os burocratas do Kremlin, que somente vêm o fortalecimento da URSS, postulam em consequência a independência do estado operário do movimento operário mundial: quanto mais derrotas sofra este, mas se fortalecerá a situação internacional da URSS. Há que liquidar essas posições charlatãs, há que colocá-las no cadafalso.

Se, devido à aniquilação do proletariado em uma quantidade de países, o governo soviético se vê obrigado a confraternizar-se temporariamente com os opressores da classe operária francesa, isso não pode ser motivo de que essa se debilite mais ainda, desmoralizando-se. Assim só se piorará a situação internacional, se obrigará à revolução voltar para trás e, consequentemente, se colocará diretamente em perigo a URSS.

Quando são acontecimentos de importância mundial, aqueles que estão sobre o tablado, o partido revolucionário não pode permitir que se deixe levar por considerações secundárias, episódicas, conjunturais e sempre discutíveis. Há que ver mais longe, preservando e acumulando a energia revolucionária da classe; dessa maneira, se poderá influir melhor em todos os problemas secundários; a política revolucionária é sempre a mais prática. *O inimigo é o estalinismo!* Este debilitou a URSS, porque entregou os operários e camponeses chineses à burocracia do Kuomintang; os operários ingleses, à burocracia dos sindicatos, etc... o estalinismo, atemorizado pelas consequências, pretendeu jogar a carta do aventureirismo, "o terceiro período". As consequências foram ainda mais fatais. Hoje, Stalin e Cia. perderam toda confiança nas forças revolucionárias. Recorrem à diplomacia pura, isto é, ao que há de mais imundo. Negam-se a ver outra coisa que não sejam as manobras de um imperialismo contra o outro. O que mais temem é que os operários franceses ponham em perigo suas intrigas. Thorez e Cia. subscrevem essa miserável atitude. Eles também temem que o movimento revolucionário seja um obstáculo para a segurança da URSS. Aceitam a ordem de punir e atar a revolução.

Transformam-se abertamente em uma polícia estalinista



do proletariado francês e, o que é pior, a polícia estalinista se converte ao mesmo tempo em polícia a serviço do imperialismo francês. Quando os bolcheviques leninistas começaram sua luta contra a teoria do socialismo em um só país, podia parecer que não se discutia mais que uma questão acadêmica. Hoje, se vê claramente a função histórica dessa fórmula: seu objetivo é separar o destino da URSS do destino do proletariado mundial. A burocracia soviética criou uma base nacional que lhe permitiu concentrar todo o poder em suas mãos. A nova lei que estende a pena capital a crianças de doze anos revela, com terrível eloquência, não só que a URSS está ainda em considerável distância do socialismo, mas também que, sob a dominação da onipotente da burocracia, a decomposição social de amplos setores de operários e camponeses alcançou proporções extraordinárias, apesar de todas as conquistas tecnológicas, que tão caro pagou o povo. E precisamente no momento em que o perigo da guerra ameaça o estado fundado pela Revolução de Outubro, o governo da URSS extrai as conclusões finais da teoria do socialismo em um só país, prostituindo o abc do marxismo, e reduzindo a III Internacional ao papel jogado por Scheidemann, Noske, Renaudel, Vandervelde e Cia.

Quando proclamamos, depois da capitulação da Internacional Comunista diante de Hitler, que estávamos diante do "4 de agosto" da Terceira Internacional, nos deparamos com não poucos protestos. Dizem que o "4 de agosto" foi uma traição consciente, enquanto a capitulação diante de Hitler era consequência inevitável de uma falsa política. Hoje, vemos o quão superficiais são essas caracterizações puramente psicológicas. A capitulação expressava a degeneração interna, uma consequência da acumulação de erros e crimes. Essa degeneração implicou, por sua vez, a capitulação diante da guerra imperialista, e o prólogo da capitulação diante da burguesia imperialista, que prepara a guerra. Por isso, o "4 de agosto" da Terceira Internacional estava implicado já na capitulação diante de Hitler. É um grande mérito dos bolcheviques leninistas fazerem essa colocação a tempo.

O estalinismo trai e envelhece o leninismo.

A tarefa urgente do momento consiste em reconstituir as fileiras da vanguarda do proletariado internacional. Para isso, são necessários uma bandeira e um programa, que não podem ser outros que a bandeira e o programa da Quarta Internacional.

***A Terceira Internacional está morta.  
Viva a Quarta Internacional.***

Bolívia

## **Diante da degeneração sem precedentes da direção estudantil e dos ataques à autonomia: Precisamos de uma nova revolução universitária**

1. A raiz dos brutais acontecimentos na Universidade Tomas Frias de Potosi – onde durante os enfrentamentos entre grupos ligados ao MAS houve a morte de 4 estudantes em circunstâncias dramáticas, e da aberrante atitude criminal de grupos de politiquinhos MASistas em disputa pelo controle das direções estudantis – desnudou o grau escandaloso de degeneração da direção estudantil de toda a Universidade Boliviana, controlada pelos grupos próximos ao MAS (Evistas vs Arcesitas e Choquehuanquistas).
2. A extrema degeneração, sem precedentes, da direção estudantil controlada pelo MAS e seus opositores da velha direita é um reflexo do que ocorre no país. Um reflexo da decadência generalizada que corrói as instituições públicas e privadas, dirigidas pelos partidos burgueses e pelos burocratas interessados em encher os bolsos à custa do erário público.
3. A discussão sobre a crise universitária adquiriu uma matiz governista e sensacionalista, que oculta as verdadeiras intenções políticas dos atores em cena. A miséria ideológica marca o debate, no qual o ataque pessoal substitui a análise crítica e as propostas sérias de

reforma universitária. Oculta-se que os dirigentes carreiristas, abusivos e corruptos são protegidos e encorajados pelas camarilhas universitárias e pelo governo. Não se discute, nem se analisam as verdadeiras causas do baixo rendimento acadêmico, que são causas sócioeconômicas e psicopedagógicas, recorrendo-se ao fácil expediente de usar os desvios dos dirigentes MASistas para meter todos os estudantes e dirigentes no mesmo saco, e pretender que um regime punitivo seja a solução.

4. O certo é que, por trás do debate débil, tanto MASistas como a velha direita e as camarilhas universitárias vêm aproveitando para relançar as velhas e fracassadas receitas da contrarreforma pós-moderna e neoliberal, questionando a Autonomia Universitária e o Co-governo Paritário Docente/Estudantil, com o propósito essencial de liberar o Estado de todos os custos de sustentar a educação superior, e manter congelado o orçamento universitário.
5. A crise universitária não é um problema geracional, não vai ser alterada mudando os dirigentes antigos, subordinados às oligarquias docentes e ao governo por novos dirigentes jovens igualmente subordinados ao governo e às oligarquias. A crise universitária é uma crise que tem raízes na estrutura econômica de um país capitalista atrasado, uma crise que resulta do estancamento do desenvolvimento das forças produtivas, submetidas a todos os interesses do grande capital financeiro imperialista (multinacionais) e da burguesia nativa. O processo de mudança MASista é uma impostura, é um fracasso, não surgiu de uma poderosa burguesia nacional, nem mesmo de um Estado soberano. A Bolívia segue

sendo um país atrasado, e o Estado plurinacional uma caricatura que, com outro nome, perpetua as velhas relações de exploração e opressão nacional dos operários, nações indígenas camponesas, estudantes e classes médias empobrecidas.

6. Estamos diante da necessidade de uma nova Revolução Universitária, que seja parte de uma revolução social no país, que permita varrer com a corrupção e os abusos, com os dirigentes carreiristas e vendidos, com as camarilhas docentes medíocres, abusivas e com os interesses próprios. Que permita recuperar o verdadeiro sentido da Autonomia Universitária e do Co-governo paritário Docente/Estudantil, como instrumentos a serviço dos interesses de emancipação nacional e social do povo oprimidos e dos estudantes, que permita reencontrar a reforma universitária na perspectiva dos interesses históricos do proletariado e da nação oprimida, que permita pôr em pé uma Universidade científica e revolucionária.
7. Os estudantes devem recuperar a sua universidade das mãos das oligarquias docentes e dos dirigentes corruptos controlados pelo MAS e a velha direita. Devem recuperar a sua independência política, devem recuperar o Poder Estudantil, a Autonomia e o Co-governo, para pôr a universidade a serviço do povo, de sua luta pela libertação nacional e social, a serviço de uma revolução social que transforme o país e acabe com as causas de nosso atraso e postergação. Uma nova universidade florescerá no seio de uma nova sociedade.

*Comitê Central Nacional Da Urus*

*(Extraído do Jornal Massas nº 2.698, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*





## Direitização dos governos nacional-reformistas da América Latina

A permanência do atraso e de completa dependência da América Latina perante as movimentações do capital financeiro e dos monopólios imperialistas se reflete, na política, como subserviência das burguesias nacionais e dos seus governos. Os governos estão obrigados a aplicarem as contrarreformas, que regridem as condições de existência dos assalariados, e abrirem ainda mais as economias nacionais ao saque imperialista. O que se reflete no fortalecimento dos Estados policiais, para reprimir a revolta das massas que se levantam contra a miséria e fome. O cenário que se abre é o de agravamento das crises políticas e da luta de massas. Os governos nacional-reformistas – os que estão no poder e os que eventualmente possam assumir o comando dos Estados semicoloniais – refletem essas condições gerais da situação política, assumindo posições cada vez mais direitistas.

### Venezuela

O governo de Maduro abriu à privatização empresas estatais de telefonia (Cantv e Movilnet), de metalurgia (ferro, aço e alumínio), localizadas em Guayana, bem como de empresas “mistas” de petróleo e gás, promovendo uma lei de investimentos estrangeiros. A venda de entre 5% e 10% das ações é um passo inicial, que logo se ampliará, a depender da conjuntura. Os índices da Bolsa de Valores e as avaliações do país pelos organismos internacionais dispararam.

Encerra-se o período marcado pelas estatizações (com indenizações), que vigorou por décadas, e atingiu mais de 5 mil empresas. Evidentemente, o chavismo está manobrando, em meio à convulsiva situação política mundial, objetivando sobreviver aos golpes do agravamento da crise capitalista, que vêm destruindo a economia nacional há décadas. Para o grande capital monopolista, particularmente norte-americano, que se beneficia do estreitamento mundial do comércio e da guerra comercial travada contra Rússia, isso serve para abrir novas possibilidades aos negócios e lucros em setores dominados por empresas estatais russas e chinesas – especialmente nas áreas petrolíferas. Visa desse modo a driblar os problemas de abastecimento mundial, usando a Venezuela, e seu controle do mercado mundial, como um instrumento para condicionar a Europa, que procura desesperadamente prescindir das importações russas de petróleo e gás.

A privatização, ainda que parcial, significa, para os operários e assalariados, novos ajustes dos salários, flexibilização das condições trabalhistas e destruição de direitos, visando a tornar “mais rentáveis” os investimentos. Isto no quadro de uma economia dolarizada (70% das transações se realizam em dólares), e desvalorização acelerada do Bolívar (o que rebaixa ainda mais os salários reais), já duramente atingidos pela inflação e destruição econômica, produto do bloqueio imperialista.

O que exigirá do chavismo adotar uma política econômica e social pró-imperialista, objetivando garantir os negócios de investidores estrangeiros, reforçando os métodos repressivos, para abortar qualquer levante popular. Visa, todavia, a realizar manobras que lhe permitam confluir com a oposição burguesa, em equacionar os conflitos e a crise de governabilidade, o que se traduzirá no fortalecimento da oposição subserviente aos Estados Unidos, em detrimento do nacional-reformismo em desagregação.

### Peru

Em 4 de maio, o Congresso convocou quatro ministros para serem “consultados” pela “paralisa” do governo perante a greve de transportes, nos aeroportos, e bloqueios de rodovias, ocorridos em abril. Oito dias depois, elegeu novos juizes para o Tribunal Constitucional. Impôs-se uma lista acordada entre governo e deputados da situação e da direita. Em 23 de maio, Castillo juramentou novos os ministros (Interior, Desenvolvimento Agrícola e Irrigação, Energia e Minas e Comunicações). Um dia depois, Castillo anunciou que haveria novas remoções e designações.

A bancada de Peru Livre foi fracionada em quatro blocos, que se mantêm alinhados para frear qualquer pedido de impeachment contra Castillo. Mas, também pesam nas rupturas os interesses aparelhistas de manejar comissões, fundos reservados, exigir cargos no governo ou projetar candidaturas. A Força Popular – partido direitista liderado pela filha do ditador Alberto Fujimori, Keiko – passou, assim, a ser a principal força parlamentar e pivô das forças reacionárias no interior do parlamento. As contínuas manobras de Castillo, porém, não conseguem equacionar a crise de governabilidade, nem afastar a ofensiva direitista contra o seu governo, pretensamente nacional-reformista. Castillo, premido pelas forças direitas, vem assumindo a política burguesa de ataque às massas. As mudanças no governo indicam que percorre a via traçada pelo imperialismo e as oligarquias nacionais, de impor o programa e medidas exigidas pela classe dominante e de se chocar com as massas.

### Chile

Boric, logo depois de assumir a presidência, evidenciou que seu governo assumiria a política francamente direitista. Impôs o “Estado de exceção” (militarização) nos territórios Mapuche, reclamados pelo povo-nação oprimido como seu território ancestral. No 1º de Maio, reprimiu a marcha organizada pela Central Classista de Trabalhadoras e Trabalhadores (CCTT). Enquanto na organizada pela Central Única de Trabalhadores (CUT), de apoio ao governo, discursavam ministros, parlamentares e constituintes da situação. Atender à reivindicação de autodeterminação do povo Mapuche, às reivindicações dos operários e à exigência de não trilhar o caminho da repressão, impulsionando a “reforma de Carabineiros” (Polícia Militar), foram as promessas eleitorais de Boric, antes de assumir a presidência.

Boric personifica mais um novo governo burguês, apoiado nos interesses dos setores do transporte e da agroindústria, que lucram bilhões com a exploração de recursos naturais e florestais das regiões mapuche, e, fundamentalmente, dos monopólios, que controlam a economia nacional e extraem gigantescos lucros, à custa da superexploração e miséria das massas. Ou seja: é a continuidade da ditadura burguesa e da democracia oligárquica, impostas a ferro e fogo pela ditadura pinochetista.

### Política e método proletários

A situação política é marcada pela desagregação dos governos nacional-reformistas. Se Gustavo Petro ganhar as eleições na

Colômbia (ver Massas nº664), obrigatoriamente seguirá o curso de direitização e submissão dos governos nacional-reformistas, imposto pela situação política, em face do avanço da ofensiva da burguesia mundial, e da ausência da direção revolucionária.

A crise econômica se aprofunda, agravando a ofensiva da burguesia, para impor um plano de violentas contrarreformas e privatizações. Isto se passa quando os oprimidos retomam, com diferentes ritmos e radicalização, a luta coletiva por suas reivindicações. De forma que não haverá como os governos reformistas (das mais diversas origens) responder à situação de desagregação econômica e social, sem assumir, abertamente, os métodos reacionários de defesa da governabilidade burguesa.

A situação política mais geral é, assim, marcada pelas tendên-

cias de agravamento da luta de classes. Dela decorre a imediata tarefa colocada à vanguarda com consciência de classes de explicar que os governos que se arvoraram defensores das massas serão obrigados, por diversas vias e métodos, a se curvarem ao imperialismo e desgraçar ainda mais as massas. Quer dizer: a tarefa de impulsionar as reivindicações mais imediatas e trabalhar pela unificação nacional das lutas.

A crise coloca, objetivamente, a necessidade de erguer um plano comum de reivindicações das massas, e impulsionar suas formas de organização e métodos de luta próprios. Dessa forma é que se poderá intervir nos movimentos, dando expressão política consciente à insurgência instintiva das massas, em política classista e revolucionária, avançando em sua independência política.

*Damos continuidade à publicação de formulações de Lênin sobre a defesa programática do direito à autodeterminação dos povos oprimidos. A guerra na Ucrânia exige o máximo de compreensão e clareza na aplicação desse fundamento marxista. Nas formulações de Lênin, destacam-se os seguin-*

*tes pontos: 1) o direito à autodeterminação como direito à livre separação; 2) a defesa do direito de separação não significa que os marxistas estejam pela separação, uma vez que a luta pelo socialismo implica acabar com as fronteiras nacionais; 3) a defesa da autodeterminação permite a unidade do pro-*

*letariado em sua luta contra a burguesia; 4) o chamado à união e fraternidade é dirigido à classe operária, e não aos povos em geral, pois se trata da luta pela revolução social; 5) a união das nações sobre a base do socialismo se realiza não pela violência, mas por um acordo voluntário.*

## **O extrato abaixo é parte do documento “Revisão do Programa do Partido”, escrito, por Lênin, entre 6 e 8 de outubro de 1917.**

Finalmente, devo questionar aqui um problema colocado por alguns camaradas, mas que eu sei, não foi discutido ainda na imprensa. Refiro-me ao problema sobre ao nono parágrafo do programa político, sobre o direito das nações à autodeterminação. Esse ponto consta de duas partes: a primeira dá uma nova formulação do direito à autodeterminação; a segunda não contém uma exigência, mas sim uma declaração. Perguntaram-me se é oportuno fazer aqui uma declaração. Em geral, não cabem as declarações em um programa, mas creio que aqui é necessário fazer uma exceção. Em lugar da palavra “autodeterminação”, que tem dado lugar a numerosas falsas interpretações, proponho o conceito muito preciso: “direito à livre separação”. Depois dos ensinamentos de seis meses da revolução de 1917, quase não é possível discutir que o partido do proletariado revolucionário da Rússia, o partido que utiliza o idioma grão russo, tenha de reconhecer o direito à separação. Quando tomarmos o poder, imediata e incondicionalmente, reconheceremos esse direito à Finlândia, Ucrânia e Armênia, e às demais nacionalidades oprimidas pelo czarismo (e pela burguesia grão russa). Mas, nós, por outro lado, não estamos de nenhum modo pela separação. Queremos um Estado o maior possível, uma aliança a mais estreita possível do maior número possível de nações vizinhas dos grão-russos; o desejamos no interesse da democracia e do socialismo, para atrair o maior número possível de trabalhadores das distintas nacionalidades à luta do proletariado. Queremos a unidade revolucionária proletária, união, e não divisão. Queremos união revolucionária. É por isso que nossa consigna não

chama a união de todos os Estados em geral, pois, a revolução social só exige união dos Estados que tenham passado, ou estão passando para o socialismo, das colônias que estão conquistando sua liberdade, etc. Queremos união livre e devemos, consequentemente, reconhecer a liberdade de separação (sem liberdade de separar-se, a união não pode ser chamada livre). E estamos obrigados a reconhecer o direito à separação, enquanto que o czarismo e a burguesia grão-russa, com sua opressão, têm criado, nas nações vizinhas, um ódio e um receio muito grande contra os russos em geral, e isto deve ser arrancado com fatos, e não com palavras.

Mas, nós queremos a união, e isso há que ser dito. É tão importante dizer isso no programa do partido de um Estado nacional heterogêneo, que é necessário separar-se do habitual e incorporar uma declaração. Nós queremos que a república do povo russo (me inclino, inclusive, a dizer povo grão-russo, pois é mais exato) atraia outras nações, mas como? Não mediante a violência, mas sim mediante a um acordo voluntário. De outro modo, se romperia a unidade e os vínculos fraternais dos operários de todos os países. À diferença em relação aos democratas burgueses, nós apelamos, não à fraternidade dos povos, mas sim à fraternidade dos operários de todos os povos, pois, não confiamos na burguesia de nenhum país, a consideramos inimiga.

Por isso, devemos admitir aqui uma exceção à regra e incluir no parágrafo nono uma declaração de princípios.

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, Tomo XXVII, Akal Editor)*